



Projeto  
**Promoção da Saúde  
e Direitos Humanos  
no Estado do RJ**

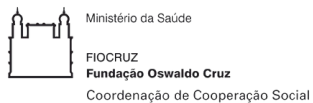




Projeto  
**Promoção da Saúde  
e Direitos Humanos  
no Estado do RJ**

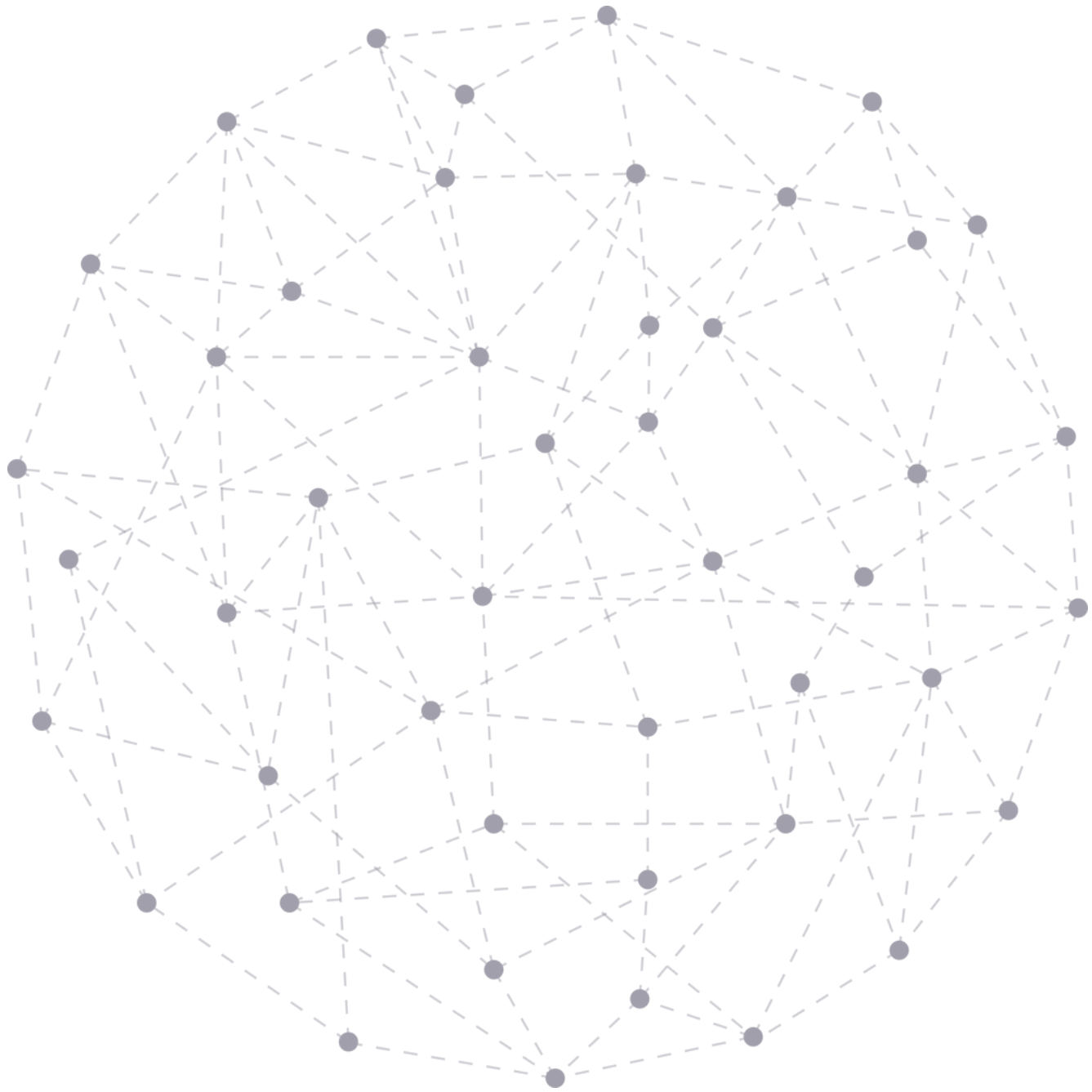
Agosto de 2023

Realização:



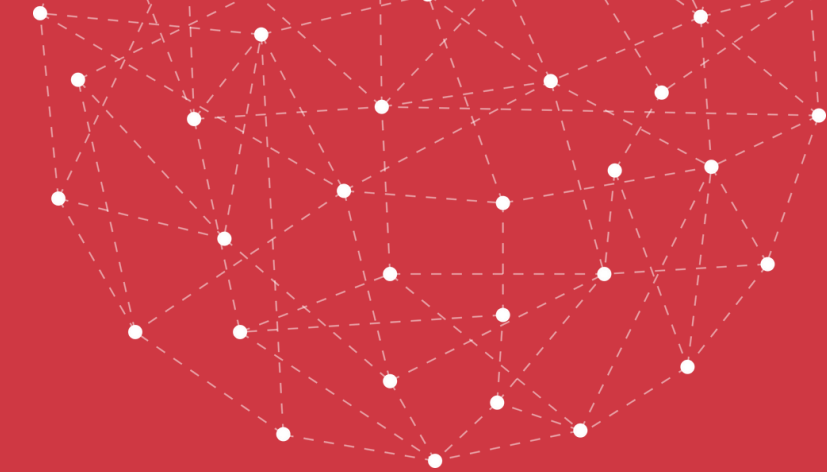
Apoio:





# SUMÁRIO

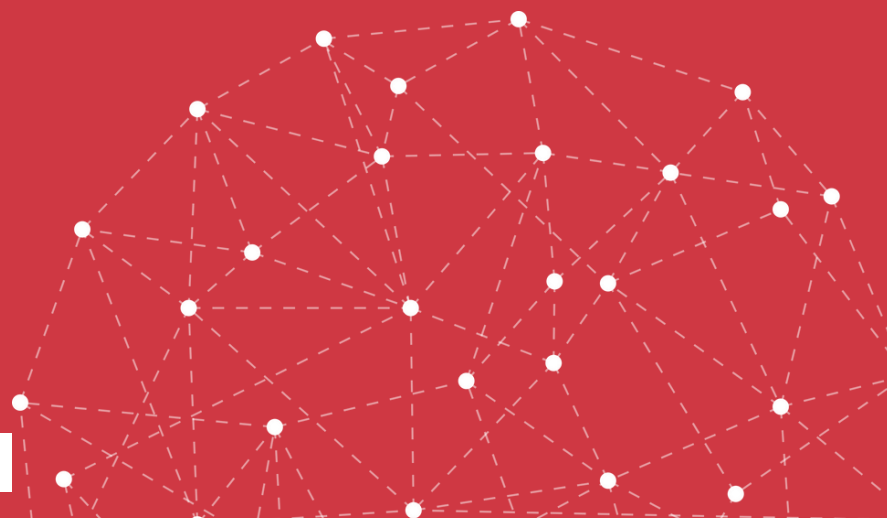
EDITORIAL.....	04
NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM!.....	05
COORDENAÇÃO DE COOPERAÇÃO SOCIAL.....	09
SAÚDE MENTAL.....	10
NARRATIVAS DOS(AS) DEFENSOR(A)ES.....	15
OFICINAS DE FORMAÇÃO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE E DIREITOS HUMANOS.....	49
ENCONTROS COM ESCUTADORA(E)S DA URDIR/UERJ PARA O ACOLHIMENTO/ESCUTA DE DEFENSORA(E)S.....	73
ELABORAÇÃO DA CARTOGRAFIA SOCIAL.....	75
APRESENTAÇÃO DO PROJETO NO III FÓRUM MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS.....	82
APRESENTAÇÃO DO PROJETO EM PROGRAMA DO CANAL CIDADES EM MOVIMENTO.....	84
ENCONTRO DA REDE DE DEFENSOR(A)ES DE DIREITOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	86
EQUIPE.....	89
EQUIPE TÉCNICA.....	91
EXPEDIENTE.....	93



O projeto "Promoção da Saúde e Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro" tem por finalidade desenvolver formação em Direitos Humanos e Promoção de Saúde de lideranças dos territórios populares do Estado do Rio de Janeiro.

A partir de uma chamada pública foram identificadas lideranças que atuam no campo dos direitos humanos em diferentes territórios populares do Estado. O projeto visa a criação e desenvolvimento de uma rede autônoma de defensores populares, além da produção e publicização de um mapeamento das violações em saúde e Direitos Humanos no Estado.

Nas páginas a seguir o leitor vai descobrir como nasceu o projeto, vai conhecer um pouco do perfil de cada defensor/a(e) que compõe esta rede e todas as atividades realizadas pelo projeto.





## *Ninguém solta a mão de ninguém!*

*Roberto Gevaerd*<sup>1</sup>

Esse talvez seja o lema que mais faça sentido nos últimos quatro anos e que represente melhor a iniciativa do projeto Promoção da Saúde e Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro. Após quatro anos de uma severa crise institucional alimentada pelo Poder Executivo Federal, somado à pandemia de Covid-19 que deixou mais de 680 mil mortos e obrigou a uma profunda mudança de sociabilidade entre as famílias e círculos sociais, a necessidade de criar e fortalecer redes de cuidado e solidariedade em espaços populares passou a ser vital.

No Rio de Janeiro o cenário parece sempre aprofundar o difícil quadro nacional. Ao longo de 2021 o Estado apresentou recorrentemente a pior taxa de letalidade por Covid do país. Vale destacar que estudo<sup>2</sup> elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) constatou que a pandemia de Covid-19 não atingiu a todos da mesma maneira. As pesquisas ressaltaram a maior pressão da pandemia para pessoas em situação de rua, indivíduos com transtorno mental, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV/Aids, LGBTQIA+, moradores de favelas e periferias, população indígena, quilombola, negra, ribeirinha, carcerária, migrantes, refugiados

<sup>1</sup>Advogado, pós Graduado em Administração Pública EBAPE/FGV. Atuou por 8 anos na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ - Coordenador de Articulação Institucional do Projeto

<sup>2</sup><https://books.scielo.org/id/r3hc2>

e apátridas, além de trabalhadores informais, crianças e adolescentes.

A publicação ainda afirma que características das favelas do Estado como a alta densidade populacional, habitações precárias e oferta insuficiente de serviços como abastecimento de água e coleta de lixo são alguns dos fatores que tornam difícil colocar em prática as orientações de prevenção à transmissão do coronavírus, como as medidas de distanciamento social e a higienização das mãos com frequência.

Em paralelo, as favelas da região metropolitana do Estado sofreram com operações policiais marcadas por extrema violência. Apesar da ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, na qual o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que operações só deveriam ser realizadas nas comunidades fluminenses em situações excepcionais e devidamente fundamentadas, vivenciamos as operações policiais mais letais da história.

Em maio de 2021 uma operação da Polícia Civil realizada na favela do Jacarezinho deixou a marca de 28 execuções. Foi a operação policial mais letal ocorrida no Estado, sendo comparável à chacina da Baixada de 2005. Na ocasião o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, chamou os mortos na operação policial na favela de “vagabundos”. Em novembro do mesmo ano, após o assassinato de um policial militar, o Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, foi palco de uma operação policial que terminou com nove mortos. Os corpos foram retirados de um manguezal pelos moradores.

Dados do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro<sup>3</sup> apontam que, em um período de dois anos, até o fim de junho de 2022, foram comunicadas aos órgãos um total de 1.377 ações policiais: uma média de praticamente duas ocorrências diárias. Em julho foi a vez do Complexo do Alemão ter uma operação que deixou 18 mortos, entre eles uma mulher de 50 anos, um Policial Militar e 16 jovens.

<sup>3</sup><https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/07/policias-do-rio-realizaram-duas-operacoes-em-favelas-por-dia-desde-decisao-do-stf-restringindo-acoes.ghtml>



A tentativa de criar parâmetros via judiciário para a realização de incursões policiais como forma de combater a violência institucionalizada nos territórios mais pobres do Estado não tem se mostrado eficaz. Ao contrário, a atuação violenta das forças de segurança como instrumento político partidário ganhou mais força nesse mesmo período.

Considerando esse contexto de violência do Estado nos territórios e favelas, uma pandemia que não atingiu a todos da mesma maneira, reforçados nos traços da desigualdade socioeconômica do Rio, além do desmonte das políticas institucionais do governo federal de promoção e defesa dos direitos humanos no país, se aprofundou a necessidade de cuidar de quem cuida.

Assim nasce o Projeto: “Promoção da Saúde e Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro”. Com o objetivo geral de potencializar ações de defensores de Direitos Humanos e identificar as iniquidades sociais em saúde relacionados às violações de direitos nos territórios de favelas e periferias no Estado do Rio de Janeiro, o projeto visa formar e capacitar lideranças comunitárias; implantar uma rede de defensores de direitos humanos no Estado do Rio de Janeiro, além de realizar mapeamento das violações em Direitos Humanos nos territórios de favelas e periferias no Estado do Rio de Janeiro.

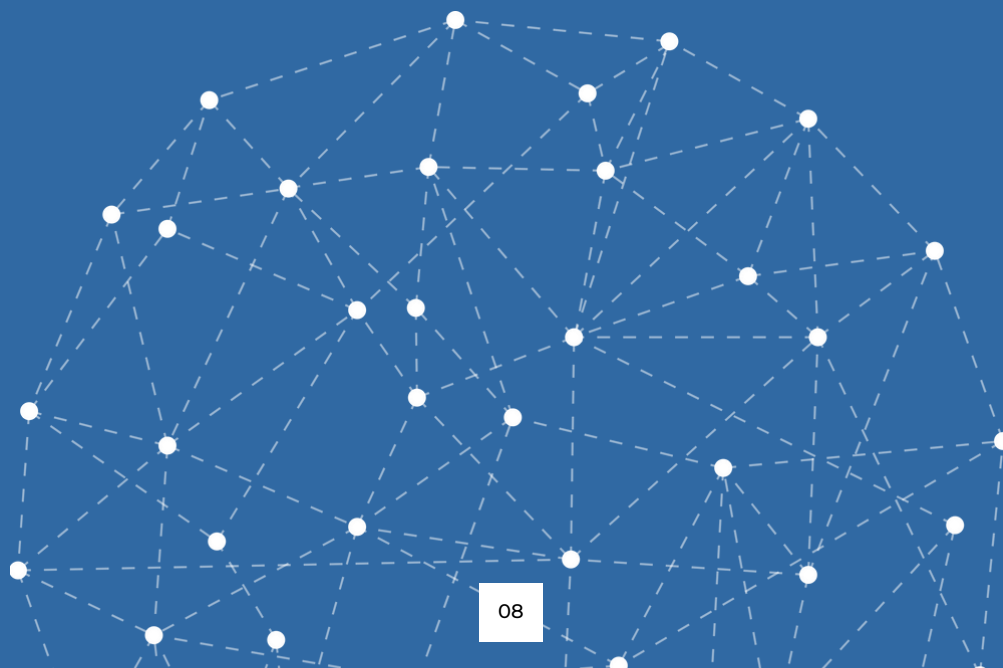
Subsidiado por recursos de emenda parlamentar, o projeto tem uma coordenação colegiada que reúne a Coordenação de Cooperação Social da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ativistas de diferentes formações com experiência de trabalho na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

A partir de uma chamada pública divulgada nos canais da Fiocruz, foram selecionados 20 defensores e lideranças comunitárias de diferentes áreas populares do Estado, através da Fundação para Desenvolvimento Científico e Tecnológico em

Saúde (Fiotec). Ao todo foram 175 inscritos, 33 entrevistados e 20 escolhidos.

Na primeira etapa do projeto foram realizados 10 encontros presenciais e 15 encontros virtuais de monitoramento e acompanhamento do grupo. Todas as oficinas , com as datas e temas estão disponíveis no Anexo 1. Além das oficinas temáticas, destacamos duas iniciativas importantes; a parceria com a Universidade Resistência e Direitos Humanos (URDIR-UERJ), para o trabalho de acolhimento e escuta com os defensores; e a parceria com a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE-RJ), para construção da cartografia social dos territórios dos defensores, que será finalizado na segunda etapa do projeto.

Sem mais, convidamos a todos, todas e todxs a conhecer a história e a luta de cada um dos defensores participantes! Sejam bem-vindos à pluralidade, à diversidade e o mais importante, à afetividade e ao cuidado com aqueles que ajudam a tornar nossa realidade menos cruel.





## *Coordenação de Cooperação Social*

A Coordenação de Cooperação Social é o órgão da Presidência da Fiocruz que assume o compromisso de interagir com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e o poder público para desenvolvimento de estratégias e programas que contribuam no enfrentamento e redução das desigualdades e iniquidades sociais em saúde.

No cumprimento da missão institucional da Fiocruz, o órgão desenvolve ações em escala local, regional e nacional com objetivo de incidir no campo das políticas públicas visando à promoção de territórios sustentáveis e saudáveis.

A Cooperação Social da Fiocruz atua a partir de metodologias participativas no campo da pesquisa e da formação com a finalidade de reforçar a sociedade civil organizada para ampliação de suas capacidades de análise, mobilização, proposição e controle social de políticas públicas. Para alcançar esse objetivo, articula-se em rede com as Unidades Técnico-Científicas da Fiocruz, atores sociais do território, instituições públicas - tais como universidades, secretarias de estado, instituições de fomento e de pesquisa -, e também organismos internacionais.





## *Saúde Mental*

*Da materialidade da luta por direitos ao cuidado coletivo das subjetividades: uma parceria interdisciplinar para o acolhimento de defensores dos direitos humanos no Estado do Rio de Janeiro*

Dejany Ferreira dos Santos<sup>4</sup>  
Joaquim Pery Antonio Júnior<sup>5</sup>  
Laís Silva Mariano<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Psicóloga formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. - Atuou por 11 anos na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ. Integrante da Coordenação Colegiada do Projeto.

<sup>5</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Atuou por 2 anos na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ. Integrante da equipe de Coordenação Colegiada do Projeto.

<sup>6</sup> Estudante de Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Estagiária de Psicologia do Projeto.

A luta política travada por defensores dos direitos humanos assume diferentes características e peculiaridades de acordo com o território, estado ou país onde ela acontece. No Brasil e neste caso, no Estado do Rio de Janeiro, a luta contra as diferentes violações perpetradas pelo próprio Estado, a luta dos movimentos antirracistas, feministas, ecossocialistas, por direito à terra, à moradia digna, à preservação do meio ambiente, ou mesmo pelos direitos sociais mais básicos, são de alguma maneira associados à esquerda político partidária, à defesa da criminalidade e, mais recentemente, ao comunismo, por discursos moderados ou reacionários de defesa do status quo e da ordem capitalista.

Tornou-se recorrente, nas últimas décadas no Rio de Janeiro, o registro de ameaças explícitas ou veladas a defensores dos direitos humanos que atuam nos territórios com altos índices de vulnerabilidade social no Estado. Grande parte desses territórios estão sob o domínio de poderes paralelos, conforme aponta o mapa elaborado pelo Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos da Universidade Federal Fluminense<sup>6</sup>. Nesses territórios, observa-se também a precarização e escassez de serviços e políticas públicas que não suprem a demanda da população para acesso ao direito à educação, à saúde, à moradia digna, a trabalho e renda, a lazer e cultura, dentre outros.

A política de segurança pública no Rio de Janeiro tem priorizado a dita repressão ao tráfico de entorpecentes, intensificando o confronto armado contra grupos criminosos que dominam os territórios, gerando intensos conflitos cotidianos com elevada taxa de letalidade nos últimos anos, como aponta o levantamento realizado pela plataforma Fogo Cruzado<sup>7</sup>. Essas operações policiais geralmente resultam na interrupção do funcionamento das escolas, serviços de saúde e transporte público, levando pânico para a população local. A população, obrigada a conviver com uma situação de tensão e medo pela possibilidade recorrente de tiroteio entre policiais e criminosos, está suscetível ao desenvolvimento de transtornos e processos de adoe-

<sup>6</sup> <https://geni.uff.br/2021/03/26/mapa-dos-grupos-armados>

<sup>7</sup> <https://erickgn.github.io/mapafc/>

cimento psíquico como o estresse pós-traumático, síndrome do pânico, dentre outros diagnósticos compatíveis à vivência de uma população em estado de guerra. Vale lembrar que a polícia militar do Estado do Rio de Janeiro é uma das mais letais do mundo.

Além disso, convivemos com uma outra realidade que é o fato do Brasil estar em quarto lugar, atrás apenas da Colômbia, México e Filipinas no ranking dos países que mais matam Defensores dos Direitos Humanos no mundo.<sup>9</sup> Esse fato apresenta uma outra informação, a de que militantes dos Direitos Humanos não só sofrem com ameaças às suas vidas pelo fato de viverem em sua maioria em territórios conflagrados pela violência de Estado e dos poderes paralelos, como também sofrem ameaças por serem ativistas da causa.

A partir das questões apresentadas, ao analisarmos a vida cotidiana dos defensores dos direitos humanos, utilizando os Determinantes Sociais da Saúde<sup>10</sup> como referência, os fatores sociais, culturais, étnicos/raciais, econômicos, psicológicos, territoriais e de trabalho, podemos afirmar que estes afetam a vida da pessoa na sua condição de saúde física e mental. Entendemos então a necessidade de encontrar um mecanismo com a possibilidade de escuta e acolhimento onde os defensores do Projeto pudessem refletir a respeito da vida pessoal e coletiva/militante, para além dos Encontros e Oficinas.

Com isso, fizemos uma parceria com a Universidade Resistência e Direitos Humanos (URDIR),<sup>11</sup> um núcleo multidisciplinar de ensino, pesquisa e extensão em Direitos Humanos da UERJ, que entrelaça psicologia e direito com as transversalidades que perpassam as temáticas relacionadas aos Direitos Humanos.

<sup>9</sup> <https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/12/brasil-e-o-4o-pais-do-mundo-que-mais-mata-defensores-de-direitos-humanos/>

<sup>10</sup> <https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmGf74RqZsbpKYXxNKhm/?format=pdf&lang=pt>

O núcleo faz a escuta dos defensores nos grupos de acolhimento do projeto, apostando no fortalecimento em grupo e na compreensão ontológica de que, enquanto seres sociais, podemos nos fortalecer através do cuidado coletivo em saúde mental, trocando experiências e vivências que atravessam as nossas trajetórias pessoais e coletivas.

A primeira oficina ministrada pela equipe da URDIR ao projeto “Promoção da Saúde e Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro” foi realizada nas dependências da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) contou com dois momentos: no primeiro, em sala de aula, foram apresentada(o)s as(os/es) estagiária(o)s, o supervisor do estágio e a coordenação docente. Nesse momento, também foi descrito o processo de criação e objetivos enquanto um núcleo de pesquisa e extensão universitária da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com vistas a ampliação do atendimento para a população do Rio de Janeiro referenciada no Sistema Único de Saúde, de forma complementar, sem a intenção de substituí-lo, mas sim, com o intuito de produzir conhecimentos transversais acerca das violações de direitos humanos e geração de sofrimento psíquico.

Já no segundo momento, a equipe da URDIR conduziu uma dinâmica de grupo ao ar livre, onde alguns aspectos relacionados à confiança, percepção sensorial e afetiva do grupo foram abordados e debatidos posteriormente.

A URDIR realiza ainda, quinzenalmente, o acolhimento e escuta dos(as) defensor(a)es do projeto através de encontros online, dividindo-os em dois grupos com dez integrantes cada. O acolhimento tem duração de uma hora e meia para cada grupo com a sua respectiva equipe de *Escutadores*, onde o(a)s defensor(a)es ou a equipe apresentam um tema a ser abordado pelo grupo.

De acordo com os relatos de alguns defensores, os encontros on-line com a URDIR têm demonstrado a importância da escuta terapêutica para o autocuidado, a solidariedade coletiva com as angústias apresentadas e as relações de confiança e pertencimento que estão sendo construídas.

<sup>11</sup> “A Universidade, Resistência e Direitos Humanos (Urdir) configura-se como um núcleo multidisciplinar de ensino, pesquisa e extensão em Direitos Humanos da UERJ, coordenado pelas professoras Ivanilda Figueiredo, da Faculdade de Direito, e Alice de Marchi, da Faculdade e do Instituto de Psicologia. Trata-se de um núcleo cujo intuito é produzir laços entre direitos humanos e universidade, psicologia e direito, comunidade acadêmica e movimentos sociais, articulando pesquisa, extensão e ensino em torno do eixo dos direitos humanos e suas temáticas transversais: gênero, raça, classe, sexualidade. A partir de uma perspectiva crítica, feminista, antirracista, de defesa de LGBTs, laica e socialmente referenciada. O núcleo objetiva desenvolver projetos e ações que afirmem a implicação da universidade com a comunidade em função da promoção e defesa dos direitos humanos, contribuindo, ao mesmo tempo, para processos de formação e sensibilização da comunidade acadêmica com este viés ético-político.” In: <http://www.direito.uerj.br/urdir/>



# Narrativas dos(as) Defensor(a)es



Depoimentos coletados em setembro e outubro de 2022



**Alexandre Gomes da Silva**

**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**

Campos dos Goytacazes e Macaé

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS,  
COLETIVOS:**

Assessoria Jurídica Popular em parceria ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-RJ) e ao projeto Terra, Saúde e Direitos da Universidade Federal Fluminense (UFF). Unidade Pedagógica Marielle Franco, Projeto de Desenvolvimento Sustentável Assentamento Osvaldo de Oliveira e Acampamento Cícero Guedes.

"Onde estão os nossos pontos positivos nessa luta? Onde a gente consegue aglutinar forças e onde que estão os nossos desafios? Eu acho que um dos principais desafios é lidar com as forças que já atuam no território e, em seguida, fazer a organização, o trabalho de base. Um outro desafio é vencer os processos envolvendo ex-proprietários de terra e a própria omissão do Estado. Por exemplo, a gente tem territórios em que foram identificadas situações de trabalho escravo e que até hoje não foram destinados para a reforma agrária na forma como ordena a constituição."

**Alexandre Gomes da Silva**



**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**

Duque de Caxias

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS,  
COLETIVOS:**

Terra Prometida, Movimenta Caxias, Câmera Popular de Duque de Caxias

## Ana Beatriz de Carvalho

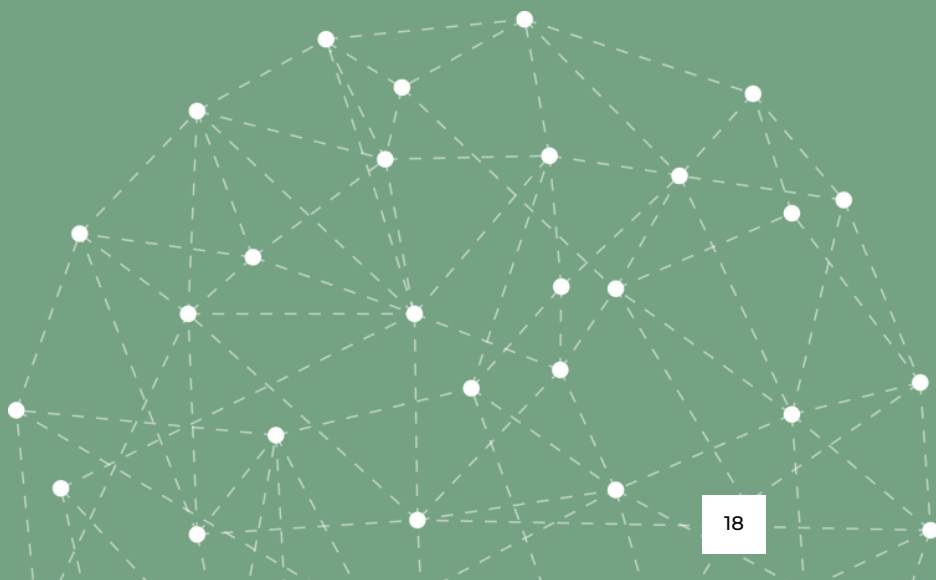
"O que me motivou e me motiva até hoje a atuar no território é entender a história dos meus pais, entender que eu sou herdeira de uma luta, que eles não tiveram acesso, no interior de Minas Gerais, à terra. Vem para o Rio de Janeiro em busca desse sonho para poder trabalhar para poder mudar de vida. A minha maior motivação é isso: eu ser a continuadora desse processo onde, através da luta pela terra, a gente consegue constituir para muitas famílias o direito de acesso a uma vida digna, que é o direito de ter a terra, ter a sua moradia, ter condições de produzir sua comida, ou seja, ter essa autonomia. O maior marco dessa luta, olhando para o Rio de Janeiro, é ter participado desse processo de construção de mudança dessa geografia agrária do estado, é que latifúndios sejam transformados em espaços para várias famílias.

Eu acho que o maior desafio que a gente encontra ainda é que a gente não tem, de fato, um pensamento que essa estrutura fundiária alterada pode resultar em desenvolvimento, em conquistas ambientais e produtivas de combate à fome porque a gente não tem isso definido como estratégia de política pública como desenvolvimento social e econômico.

Ou seja, não tá em nenhum planejamento e a gente precisaria alterar isso, pensar esse território, que tem todas as suas adversidades, mas que também tem total potencialidade por conseguir estar produzindo e estar próximo de centros urbanos.

Pensar em alimentação escolar, pensar na alimentação das universidades públicas, pensar na alimentação dos hospitais, enfim, em quem está em vulnerabilidade social. O maior desafio é acessar as políticas públicas, a reforma agrária não é só distribuição da terra, são as condições para viver nela. Precisamos não só desconcentrar a terra, mas garantir desenvolvimento social, econômico e ambiental para que todas as famílias no campo e nas cidades vivam com dignidade."

**Ana Beatriz de Carvalho**





**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**

Estado do Rio de Janeiro

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS,  
COLETIVOS:**

Associação dos cuidadores, da pessoa idosa, da saúde mental e com deficiência do estado do Rio de Janeiro (ACIERJ)

## Ana Gilda Soares dos Santos

"O motivo da nossa atuação, da construção da Associação dos Cuidadores da Saúde Mental das Pessoas Idosas e com Deficiência do Estado do Rio de Janeiro, foi a necessidade de organização da categoria para lutar pela regulamentação da profissão de cuidadores.

Os momentos que eu destaco na nossa luta são: ano de 2019, quando conseguimos fazer uma mobilização das trabalhadoras cuidadoras da saúde mental em frente a Prefeitura do Rio de Janeiro, foi um ato pacífico, reivindicando condições dignas de trabalho e o pagamento dos salários atrasados da categoria.

Outro momento marcante da nossa luta foi em 2020: as trabalhadoras cuidadoras de idosos (domiciliares) nos procurando para denunciar várias formas de cárcere privado, porque elas foram impedidas de voltar para as suas casas. O momento que a gente pôde participar de uma reportagem da Globo falando, explicando a necessidade dessas trabalhadoras estarem indo e vindo para suas casas (durante a pandemia), entendendo a necessidade das pessoas que precisam delas 24h.

E agora, todo esse movimento que temos feito em prol das eleições, se organizando, conversando mais, entendendo quem pode estar nos representando, essa união agora tem sido muito bacana.

Os principais desafios do nosso campo de atuação são: a falta de regulamentação da profissão de Cuidadores; a naturalização da desqualificação e a falta de oportunidades para essas mulheres terem direito à formação oferecida pelo Estado de forma gratuita, ofertando inclusive gratuidade de transporte para fazer a formação.

Se fala muito das trabalhadoras cuidadoras de idosos na mídia e em todos os espaços, mas não dizem quem são essas mulheres. São mulheres pretas, vindas da(s) favela(s), da baixada fluminense, ou seja, esquecidas, que vivem à margem da sociedade, esse é o maior desafio: dizer *"existimos! Estamos aqui! Vocês falam de nós mas vocês não conversam conosco"*.

Então acho que esse é o maior desafio, a gente vem tentando e estamos caminhando. Talvez, em um futuro próximo, a gente consiga."

**Ana Gilda Soares dos Santos**



**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**  
Niterói

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS,  
COLETIVOS:**  
União de Negros pela  
Igualdade (UNEGRO)

## Ana Luiza da Silva Briola

"O momento que eu destacaria na minha atuação foi no momento em que eu me coloquei como uma líder comunitária acessível e deixei isso aberto, que eu tava pronta para poder ajudar em qualquer situação que fosse e daí eu comecei ajudar com documentos para alfabetização de jovens e adultos. Depois que eu me coloquei acessível, eu vi que eu conseguia realmente ajudar muita gente. Muitas pessoas não tinham acesso ao emprego porque não tinham uma documentação, então eu consegui tirar muitos jovens daquela situação que eles viviam para poder ter um emprego de carteira assinada. Eu consegui salvar muitas vidas. Hoje eu vejo pessoas trabalhando aqui na companhia de limpeza da minha cidade que me agradecem.

O principal desafio no meu campo de atuação é o poder público que não cumpre seu papel e a população fica refém e não vai buscar o seu direito."

**Ana Luiza da Silva Briola**



**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**

Complexo da Maré

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS, COLETIVOS:**

Agente Comunitária de Saúde do Centro Municipal de Saúde Vila do João e Comunicadora Popular pelos jornais comunitários Maré de Notícias e Colabora

## Elaine de Moraes Lopes

"O que mais me motivou a atuar em meu território foi ver as injustiças que permeiam a localidade na qual pertenço, a Maré. Perceber que os direitos básicos são negligenciados, que a desigualdade social só aumenta, que a exclusão é normatizada cada vez mais e a discriminação se torna cotidiana, são estas questões que me mobilizam. É na esperança de ver a realidade ser transformada que eu atuo como Liderança Comunitária e Comunicadora Popular na favela que pertenço. Como Agente Comunitário de Saúde tento dar o meu melhor no atendimento e no acompanhamento dos pacientes, pois sei o quanto isso pode pesar na saúde deles, fazendo toda a diferença nas suas vidas.

Um dos momentos que gostaria de destacar durante a minha atuação dentro do território foi quando eu pude entregar cestas básicas para pessoas que necessitavam. Acho que a fome não deveria existir, se o poder público cumprisse

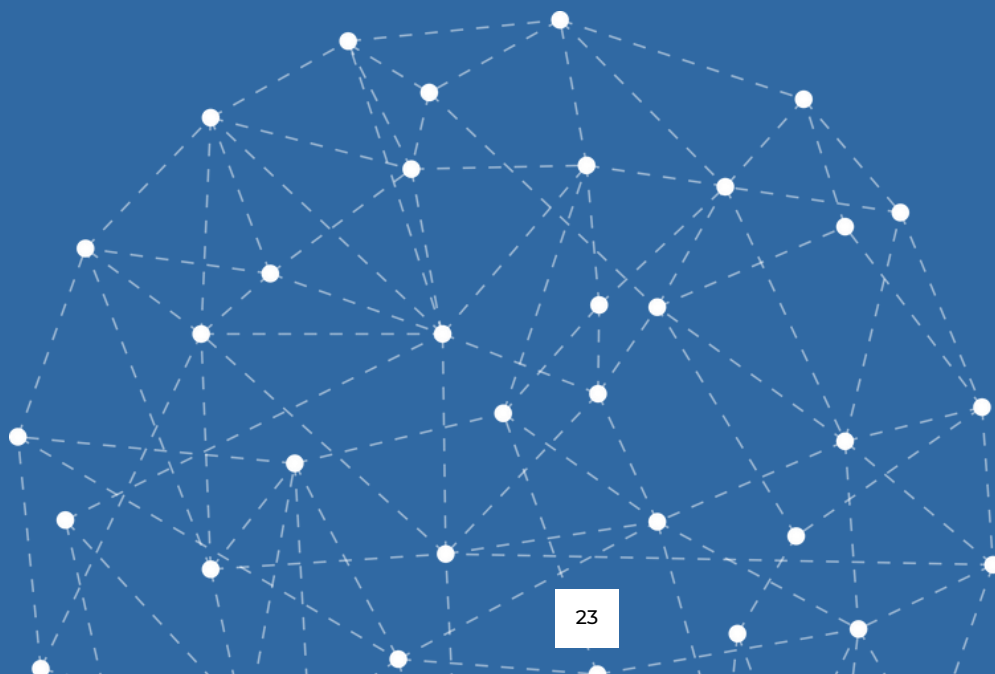


com a lei, ninguém passaria fome. Ter acesso ao alimento é um direito básico do ser humano garantido pela constituição e deveria ser cumprido. Mas a verdade é que a gente só vê a lei se fazer cumprir quando é para beneficiar a elite, os privilegiados ou para oprimir e punir os pobres. Infelizmente, essa é a nossa realidade.

Outra realidade que assola a favela e que contabiliza como mais um direito que está sendo negado, é a negligência do poder público ao garantir o direito de ir e vir dessa população.

Como Agente Comunitário de Saúde e moradora da Maré vejo a mobilidade em nosso território, nos dias de operação policial, como um grande desafio. E, como liderança comunitária, o desafio de empoderar a população desse território, fazendo-os enxergar o seu valor, a sua potência e o de conscientizar cada um quanto a importância de cuidar, amar e valorizar o local onde vivemos, de fazê-los enxergar a beleza da nossa favela."

**Elaine de Moraes Lopes**





**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**

Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em especial Duque de Caxias, Zona Portuária e Centro

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS, COLETIVOS:**

Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)  
Ação Cidadania

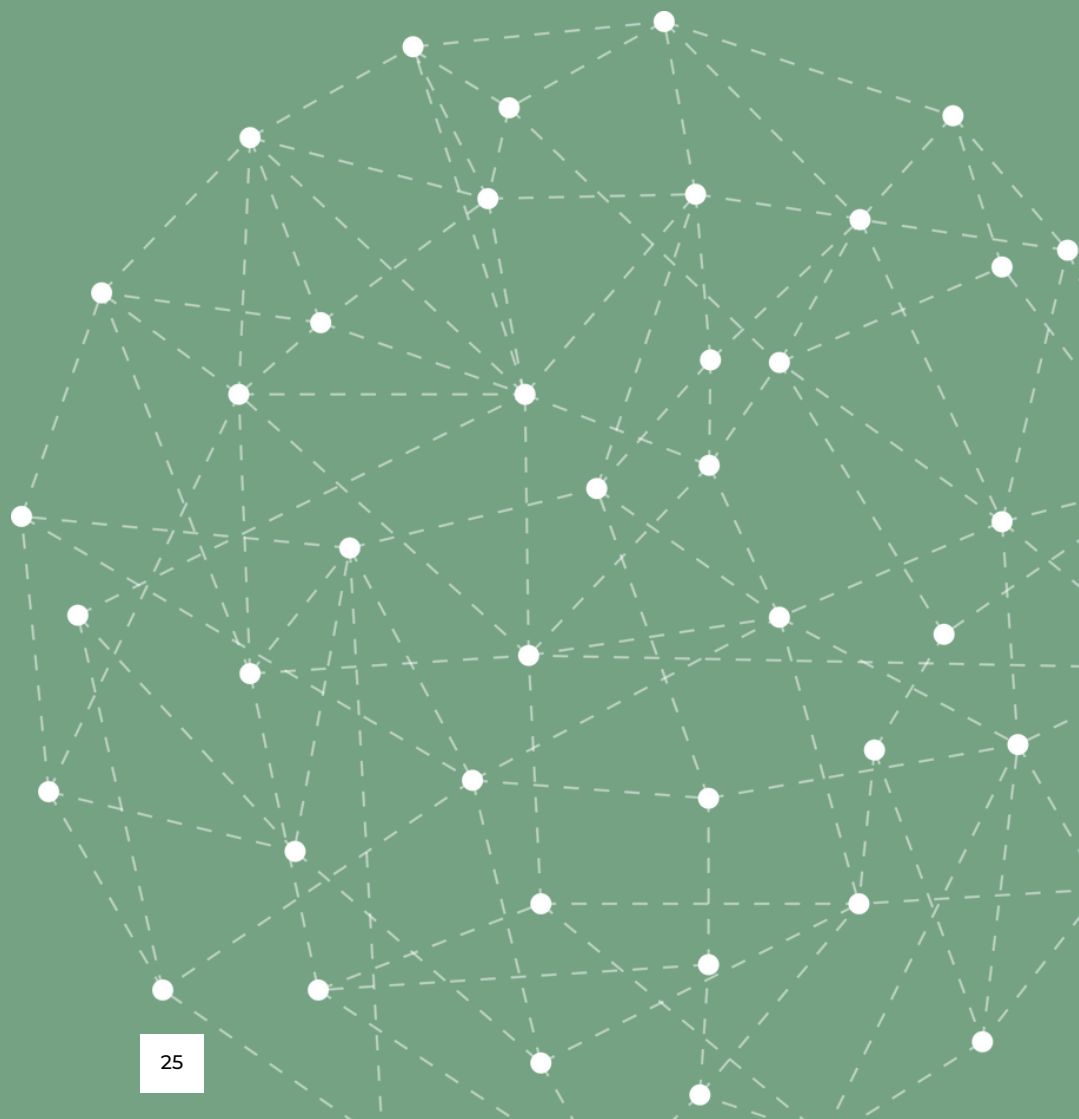
## Elza Maria Cavalcante de Medeiros

"O que me motivou a começar a militar foi porque eu sou de família humilde, minha mãe sempre viveu de aluguel morando em lugares de enchente e vendo a minha família crescer e morando de favor... Aí surgiu o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB). Vi no movimento uma oportunidade para ter acesso à moradia. Foi fundamental esse movimento para fazer a luta. Foi como se fosse uma oportunidade para se estar junto com outras famílias para fazer a luta por moradia.

Um momento que marcou muito na minha atuação foi em 2012, quando nós tivemos uma ocupação que foi despejada brutalmente, com muita violência com a polícia. Foi um momento que marcou muito.

O maior desafio também é a gente não ter um governo a nosso favor. Isso dificulta muito a nossa situação. Só vigiando coletivamente a gente consegue vencer. "

**Elza Maria Cavalcante de Medeiros**





**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**

Comunidade de Salgueiro  
(São Gonçalo)

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS,  
COLETIVOS:**

Federação das Associações de  
Favelas do Estado do Rio de  
Janeiro (FAFERJ)

## Estephani Nunes da Silva

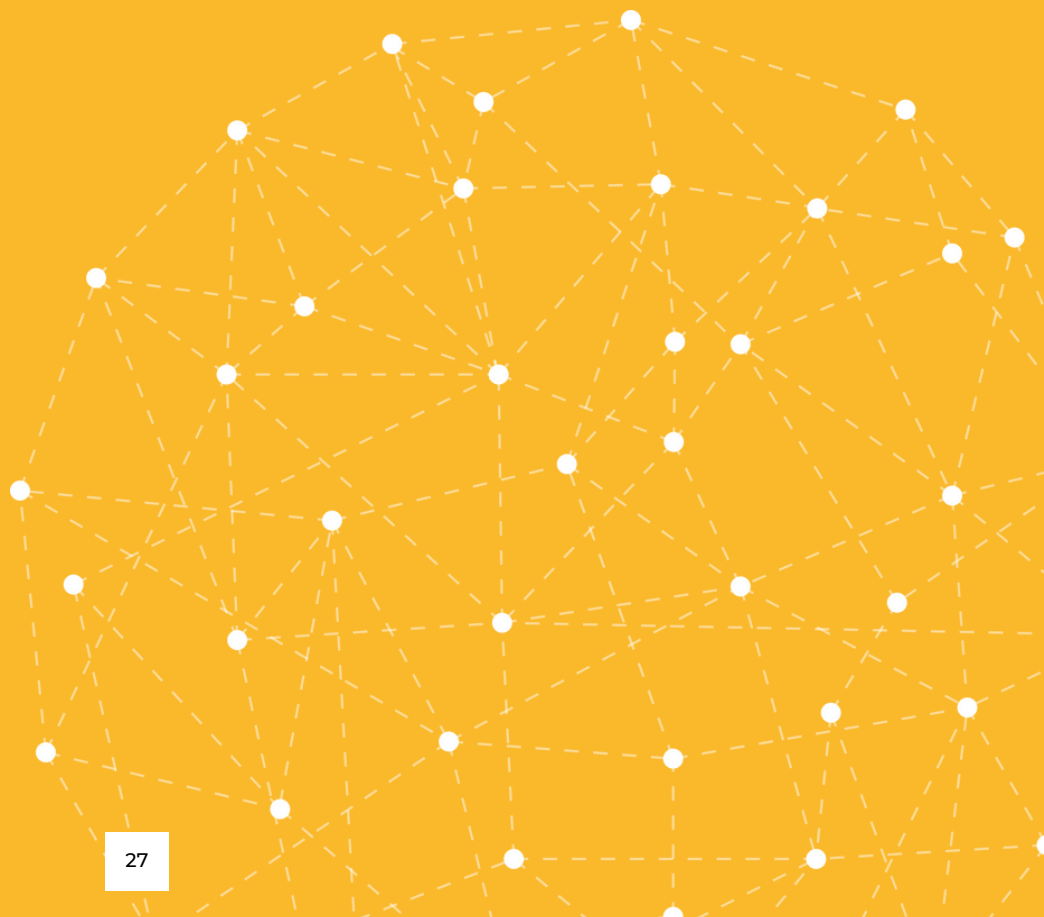
"O que me motivou a atuar no meu território foi a falta dos serviços que o Estado deveria oferecer a todos os cidadãos e não existem. Foi olhar ao meu lado e ver que as pessoas não tinham nenhuma documentação, não tinham o básico. Acho que a igualdade que eu queria é a melhoria para o meu local, é que as crianças pudessem ter acesso ao básico, tudo isso o Estado é obrigado a cumprir na vida deles, oferecer condições para uma vida digna e isso não acontecia.

Eu tive que brigar bastante para conseguir isso, tive que colocar para os secretários. E eu tenho que ir lá falar que eles é que não estão cumprindo os seus deveres. Eu destacaria isso e também a falta de visibilidade. É muito ruim a gente ver as crianças acharem que é normal eles viverem da forma que vivem.

O maior desafio para mim é olhar e ver as crianças com fome. As crianças vêm me pedir alguma coisa que em casa não tem, isso me rasga o peito também. Os familiares de pessoas que são vítimas dos agentes públicos, isso me dói demais. As enchentes aqui são constantes e, no meio de uma delas, eu peguei uma criancinha que até hoje me manda mensagem. O desafio é enorme e o Estado não tá nem aí para as pessoas.

As pessoas aqui perdem para a Polícia, perdem para a chuva, as pessoas perdem a todo tempo. As crianças perdem aula, sabe?! Você vê que o pobre periférico favelado tá sempre perdendo."

**Estephani Nunes da Silva**





**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**  
Movimento Nacional

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS,  
COLETIVOS:**  
Liga Transmasculina João W.  
Nery

## Gabriel Van Silva

"Depois de 29 anos a gente consegue colocar na rua uma Marcha Trans e Travesti nos tempos que estamos vivendo (...) A gente hoje sobrevive ao Bolsonaro e ao bolsonarismo. Mas lá atrás as travestis sobreviveram à epidemia de HIV/AIDS, sobreviveram à Lei da Vadiagem, à ditadura, aos preconceitos, as agressões, as várias vezes que elas 'morreram'. Então hoje eu destaco a Marcha Trans e Travesti, trazendo pessoas históricas que fazem uma base histórica dentro do Brasil. Uma Marcha dessa grande proporção. Conseguimos uma parceria com a Defensoria Pública para fazer a requalificação civil dessas pessoas. Estamos neste processo de expansão, de visibilidade.

Hoje, ver a quantidade de pessoas trans masculinas engravidando, se apropriando do seu corpo, das suas vontades, dos seus sonhos, é muito bonito. Hoje, eu destaco que essas pessoas estão vivendo um pouquinho mais.

Os principais desafios que eu encontro no meu campo de atuação são, na verdade, para além do apagamento (histórico) da visibilidade trans masculina, entender que é o patriarcado que está no poder, é a violência contra os nossos corpos como posse, como propriedade.

Aí eu estou falando das violências de revistas policiais, quando o guarda municipal realiza uma abordagem violenta. A violência obstétrica (...)

Na verdade, o discurso precisa avançar, sendo que a gente está avançando de um lado e a sociedade está oprimindo a gente do outro. Banheiro e nome social já foram discutidos. Então um dos maiores desafios que a gente encontra primeiro é a tentativa de retirarem o que já conquistamos e como isso afeta a nossa saúde mental."

**Gabriel Van Silva**



**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**  
Região das Vargens, Recreio

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS,  
COLETIVOS:**

Teia de Solidariedade  
Articuladora do Plano Popular  
das Vargens  
Coletivo Popular de Mulheres  
da Zona Oeste

## Giovanna Berti

"O que me motivou a atuar em meu território foi primeiramente a indignação com o nosso sistema. A forma como o sistema capitalista se dá sendo patriarcal, o racismo muito forte em todas as nossas relações (...) Então, acho que essa indignação é algo que me motiva a estar pensando na luta pelos nossos direitos.

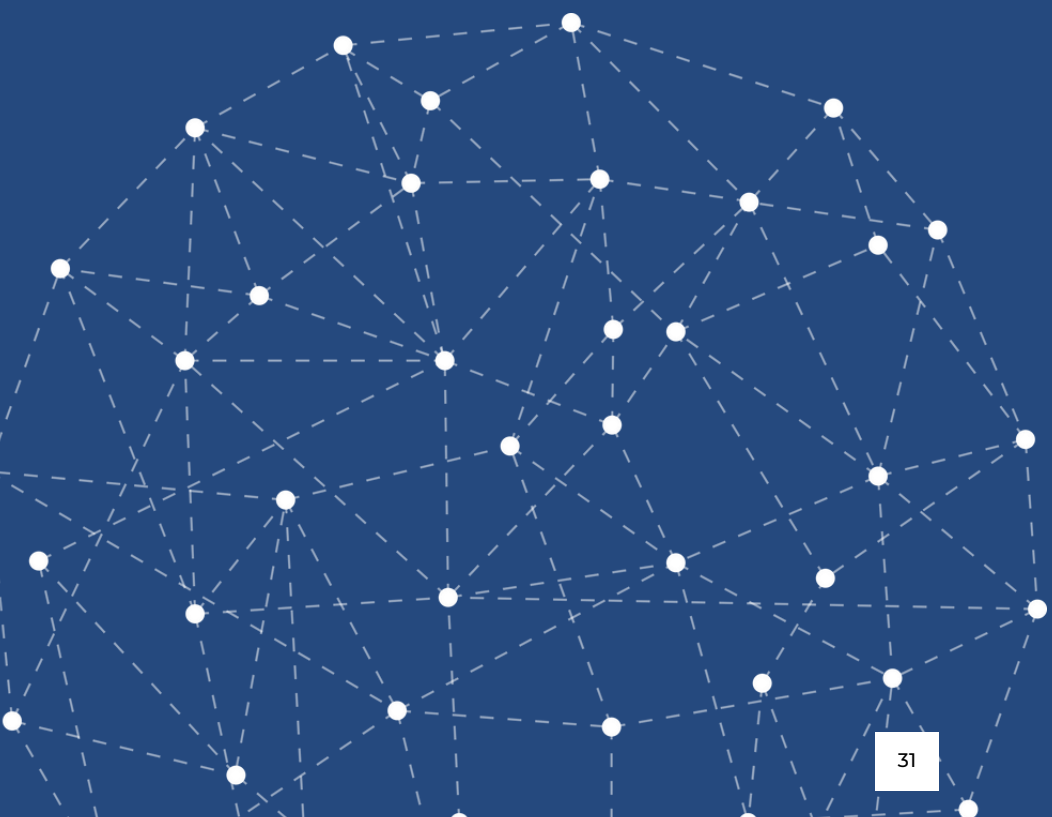
A desconexão que a nossa sociedade está com o meio ambiente e a natureza, acho que esses também são motivadores. A ameaça real à comunidade que eu moro, por conta da especulação imobiliária, a ameaça às pessoas, ao direito a moradia, o direito à água.



Um dos momentos que destaco na minha atuação foi a realização do Plano Popular das Vargens produzido pela população local com apoio técnico. Destaco também a Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, com um trabalho que a gente fez enquanto Militiva, um grupo de pesquisa militante popular que construiu um mapa de enfrentamento aos racismos pelos olhares das mulheres da Zona Oeste.

Como educadora social trabalhando com populações em situação de rua e em abrigos pude entender bastante o que significa na vida das pessoas essa perda total de direitos."

**Giovanna Bert**





**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**

Favela Jacarezinho e Baixada Fluminense

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS, COLETIVOS:**

Favela Terapia e ONG de Cria

## Grazielle Serafim Nogueira

"O que me motivou a atuar no território? De início, foi ausência de acesso à saúde mental dentro do território. Eu já atuei em dois territórios: Baixada Fluminense e no Jacarezinho. Na Baixada Fluminense, além do desmonte do SUS e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) como um todo, a gente não tem muitas ONGs disponíveis para ter acesso à saúde mental. A atuação no Jacarezinho foi motivada na época em que a comunidade estava sendo foco das operações policiais do Rio de Janeiro. Percebemos a necessidade de atuar nesse território porque constatamos um grande índice de adoecimento, seja por questões de drogadição ou pela negligência do Estado que afeta a saúde mental da população. O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) que é referência do bairro não dá conta de atender a quantidade de demandas da população usuária do serviço ali ofertados.

Eu pontuo três desafios nesse campo. O primeiro é o de manter o atendimento contínuo. A gente precisa de um cuidado da equipe, um espaço físico apropriado, articulação com a rede pública e organizações da sociedade civil. Nesse sentido, estabelecemos o diálogo e a parceria com as RAPs, com as unidades dos CAPS, com os Consultórios na Rua entre outros, compartilhando a compreensão de que por vezes a demanda não é só do paciente que está ali, se estende também em alguns casos por toda a sua formação familiar.

Outra dificuldade são os recursos financeiros. Já disputamos alguns editais de saúde mental, mas quando propomos uma abordagem interdisciplinar entre saúde mental e favela, acabamos perdendo editais muito grandes, porque nem todas as pessoas e instituições financiadoras entendem que ali há uma produção de conhecimento e campo de trabalho em saúde mental.

Lidar com o poder paralelo que domina o território também é outra grande dificuldade. Quando fazemos parcerias com as Clínicas, com os CAPS de origem ou com algumas ONGs, por exemplo, realizamos atendimentos a pessoas com transtornos mentais distintos, psicóticos, esquizofrênicos, que são constantemente agredidos por membros do poder dominante no território."

**Grazielle Serafim Nogueira**



**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**

Jacarepaguá

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS,  
COLETIVOS:**

Marginal Coletivo

## Grazielle Tomaz de Almeida

"A minha maior motivação acaba sendo as crianças porque é no que trabalho e tenho isso pro resto da minha vida. Eu acho que o fato delas me agradecerem, o sorriso. Elas aprendem alguma coisa. E também tem aquele incentivo porque estando na favela as pessoas perdem o sonho e eu acho que estou ali para dizer o contrário: "Não! Elas merecem o mundo, sim!"

A dificuldade que está ali o tempo todo é você acordar e não saber se vai ter operação ou não. Mas o que eu quero destacar é o poder aquisitivo, o dinheiro, como grande desafio também. Pois a gente (o projeto) é uma cozinha, que funciona em diversas áreas de atuação para manter esse espaço aberto, alimentando as crianças, pois elas estão ali para se alimentar. O dinheiro acaba se tornando o mais importante."

**Grazielle Tomaz de Almeida**



**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**

Morro do Timbau / Complexo da Maré, entre outros territórios do estado do Rio de Janeiro

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS, COLETIVOS:**

Projeto Gestar em Roda/Roda de Gestantes da Maré  
Acolher Gestantes  
LGBT+Movimento

## **Josiane de Oliveira Nascimento**

"O que me motiva e me move atuar com o público que atuo, no território em que atuo, que é o Complexo da Maré, é o fato de eu ser uma profissional da saúde, do parto e nascimento, e o fato de ter como missão, como objetivo na minha vida, levar informação e atendimento digno e respeitoso, no cenário do parto e nascimento, para mulheres pretas, pobres e faveladas como eu. Não vê-las sendo violentadas ou mortas na hora de terem seus filhos. Não só o atendimento em si, na ponta, mas pensar também políticas públicas, estratégias de inclusão de doulas no SUS, para que todas as pessoas possam ter uma assistência respeitosa, desde o pré-natal, passando pelo parto e pós-parto.

No primeiro semestre desse ano atendi no projeto Gestar em Roda, que foi um projeto financiado pela Fiocruz e que atendeu 15 mulheres da Maré, atendidas na Clínica da Família Augusto Boal.

O momento mais marcante pra mim, foi a atividade de encerramento, onde foi unânime entre as mulheres atendidas o relato de que, para elas, o mais importante do projeto foi perceber que elas podiam ser CIDADAS, receberem AFETO no momento da assistência médica, que até então não tinham vivido isso e nem sabiam o quanto isso era importante. Ver esse tipo de fala foi muito importante e realizador enquanto doula.

O maior desafio na atuação das doulas, acredito que seja a desinformação e a disputa pela narrativa do cenário do parto e nascimento. Um evento que "deixou" de ser fisiológico para ser um evento médico, que tira a gestante do centro, lhe tira a autonomia sobre o próprio corpo, que não lhe garante direitos, lhe violenta e, como tudo no capitalismo, dá dinheiro. Disputar esse cenário, esse espaço é um desafio. Especificamente, no território de favelas outros desafios também são impostos a nós todos os dias, que é a violência de estado, o enfrentamento, a política de extermínio do povo favelado e, obviamente, esse contexto não deve ser perdido de vista quando pensamos cuidado e assistência em saúde, gestação e nascimento."

**Josiane de Oliveira Nascimento**



**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**

Baixada Fluminense

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS,  
COLETIVOS:**

Rede de Mães e Familiares da  
Baixada

## Luciene Silva

"O que me motivou a atuar no meu território foi uma tragédia na minha vida: a perda do meu filho em uma chacina no território da Baixada em Nova Iguaçu. Por conta disso, depois dessa chacina, eu tive contato com outros movimentos de familiares de vítimas e nasceu em mim o sentimento de vontade imensa de entrar nessa luta, nessa militância. Não apenas pelo que me aconteceu, mas porque o contato com esse movimento com mães e familiares me abriu os olhos para o que estava acontecendo ao redor de mim e no meu território e eu não enxergava. Dar visibilidade para o que acontecia aqui na Baixada. O maior desafio, é ter pernas para poder fazer o acolhimento de todos os territórios, já que a maioria dessas mães estão adoentadas psicologicamente. Necessitando de tratamento e não tendo. Mesmo assim, a rede conseguiu acolher 40 mães. Ainda, quantas mães estão adoentadas e não acolhemos?!"

**Luciene Silva**



**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**

Estado do Rio de Janeiro

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS,  
COLETIVOS:**

Movimento Nacional das  
Cidadãs Positivas

## Mara Lúcia Araújo Domingos

"Tudo começou quando descobri minha sorologia, senti que minha vida mudaria a partir daquele momento. Diante dessa mudança, fiquei me perguntando: porque não me unir a outras mulheres como eu? Soube que já existia movimento com esse propósito e assim o fiz. Fui, cada vez mais, adquirindo conhecimento e crescendo dentro de mim a vontade de abraçar a causa, ocupar os espaços e então ser multiplicadora passando as informações adquiridas para essas mulheres.

Encontrei alguns obstáculos e fui superando cada um deles pela vontade de lutar pelos nossos direitos e também manter os direitos já conquistados, na tentativa de apoiar os que ficaram parados atrás.

No movimento social, foi a empatia da pessoa vivendo de igual pra igual que me fez atuar. Assim como as pessoas convivendo, seus familiares, amigos. As demandas e



os anseios do cotidiano e assim como a vida privada de todos.

Seguimos na nossa luta, nos períodos difíceis como na pandemia, buscando dar acolhimento, com distribuição de cestas básicas, remédios e máscaras, realizando reuniões em casa tomando todas as precauções da época. Momento de união e solidariedade e de grande expectativa de como seria o futuro.

Na participação em eventos, encontros e seminários verificamos que nossa luta estava caminhando e estávamos conseguindo conquistar espaços e a ter direito a voz, a expressar nossas aflições e vontades de ter uma qualidade de vida por direito. Assim também como a Saúde.

Ocupando os espaços era muito satisfatório, concluir que nossa luta não estava sendo em vão. Os desafios são diversos, a falta de informação dos médicos e gestores de como lidar com essa demanda. Por isso sempre tentamos levar esse conhecimento até os usuários, pois entendemos que a melhor forma de amenizar esse conflito são as pessoas que vivem e passam por essa situação, que sentem na pele o descaso e sentem suas dores possam estar cientes de seus direitos.

Também ocorre a situação dos medicamentos, que muitas vezes faltam nas farmácias dos postos e das unidades de saúde. Falta de tratamento priorizado e humanizado de alguns profissionais de saúde. Tendo que ir ao médico clínico, que em sua grande maioria as vezes não sabem nos orientar de forma correta, talvez por não serem da área específica (Infectologista).

Seguimos firmes e afirmando: VIVA A VIDA!"

**Mara Lúcia Araújo Domingos**



**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**

Não é fixo/ (Movimento Estadual)

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS, COLETIVOS:**

Movimento Moleque e Aliança Antirracista

## Monalisa da Silva Teixeira

"Eu acho que a falta de investimentos em formação e segurança é um dos grandes desafios dos movimentos populares, porque eu vejo muitos coletivos que têm ideias brilhantes de políticas públicas, mas não tem dinheiro para executar esses planos, né? Além disso, em territórios conflagrados é complicado de se falar em direitos humanos."

## Monalisa da Silva Teixeira



**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**  
Manguinhos

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS, COLETIVOS:**  
Movimento Mãe de Manguinhos

## Roger Gomes de Oliveira de Almeida

"O que me motivou a atuar no meu território e a participar de movimentos sociais aqui pelo meu território, e fora também, foi o fato de eu também passar e sofrer vários tipos de abuso de autoridades, desrespeito pela cor, preconceito, entre outros fatos relacionados aos direitos de uma pessoa humana e também como cidadão de bem.

O momento que eu mais senti obrigação de atuar e participar mais, entrar mais no assunto, foi quando aconteceu a tragédia com meu primo, em 2014, que eu procurei entender mais o porquê disso tudo. Por que a segurança do nosso Estado era assim? Por que a polícia do nosso Estado era assim, entendeu? Eu sempre ouvia falar, eu sempre via as pessoas falando. Nessa época eu até achava que não era todo mundo assim, mas depois eu comecei a sofrer na pele, comecei a passar e comecei a ver, então isso me motivou mais a atuar e procurar saber mais."

**Roger Gomes de Oliveira de Almeida**



**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**  
Baixada Fluminense

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS, COLETIVOS:**

Grupo de Mulheres Cabeça de Negra

Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro

Fórum Permanente de diálogo Mulheres Negras com a ALERJ

Conselho Estadual do Direito da Mulher (CEDIM)

## Rosilene Torquato de Oliveira

"Sou filha de um casal da Igreja Católica. Eles foram fundadores da Igreja Católica de Nossa Sra. de Fátima, no bairro Banco de Areia/Mesquita. Nasci dentro desse seio religioso onde meus pais estavam atuando. Minha mãe atuava mais na parte religiosa e junto aos movimentos sociais.

Por estar atuando na Igreja Católica (no grupo jovem da congregação Mariana), eu conheci o Movimento dos Agentes Pastorais Negros do Brasil, ainda bem no início da sua criação na Baixada Fluminense na década de 1980. Então a minha atuação inicia enquanto Movimento Social Negro na década de 1980. Ali começou a luta de combate ao racismo. No mesmo instante eu estava me formando, aprendendo o que é o racismo, o machismo, através dessa sequência de aprendizagem: Igreja e Movimento Social.

Os momentos mais marcantes na minha trajetória foram: a “Marcha de 1988”; a visita de Néelson Mandela ao Brasil, sua vinda ao Rio de Janeiro e o ato na Av. Presidente Vargas; o Primeiro Encontro Nacional de Entidades Negras, que apesar de não ter podido ir ao evento em São Paulo, participei da sua construção no Rio de Janeiro; a preparação da Marcha das Mulheres Negras em Brasília.

Quem é do Movimento Negro acaba tendo vários campos de atuação. Eu atuo junto ao campo das Mulheres Negras, Agentes Pastorais Negros do Brasil, no Conselho da Mulher, no Diálogo das Mulheres Negras com a ALERJ, além da atuação partidária. O desafio que eu tenho não é só meu, é um desafio de vários outros coletivos. O desafio é dizer que o racismo mata! Que o racismo é crime! Quando é para atingir o nosso povo a lei é executada. Quando é para punir alguém que comete racismo, não é. Outro desafio é organizar e participar de todas essas lutas não tendo recursos financeiros. Muitas vezes, na maioria delas, a gente que tira do bolso o próprio custeio, um investimento para no futuro termos dias melhores, mas nem sempre temos como colaborar.”

**Rosilene Torquato de Oliveira**



**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**

Complexo da Maré e Morro da Providência

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS, COLETIVOS:**

Favela Cineclube

## Suellen Paim de Melo

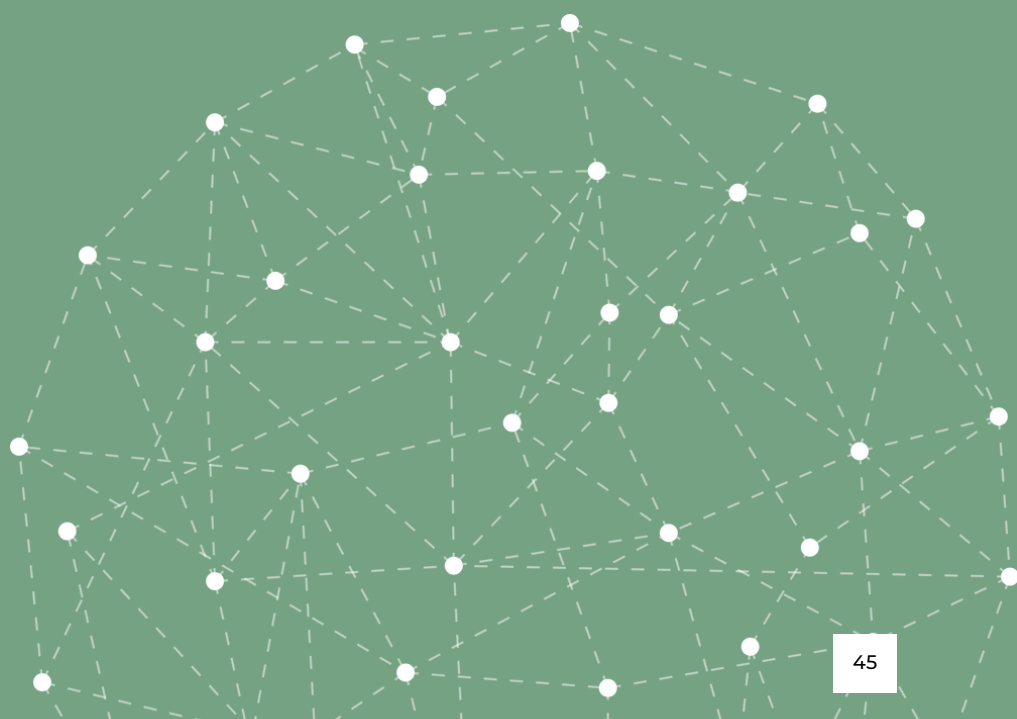
"O que me motiva a atuar no meu território é a ausência. É a ausência de opções, ausência de escolhas, ausência de proteção, é a ausência de muita coisa. Eu percebi que esse corpo favelado continua assim em qualquer território que vá, porque ele se constitui assim, a gente precisa gritar para a gente ser ouvido aqui ou em outro lugar, a gente precisa chamar a atenção porque senão a gente 'passa batido', os serviços não chegam, o direito não chega. Então o nosso corpo é assim porque o nosso território é assim. Eu senti uma necessidade enorme de cada vez mais lutar por isso e ter orgulho desse corpo favelado e desse território favelado.

A gente já lutava com o pouco que a gente tinha, na pandemia a gente fez milagre.

O 'Favela Cine Clube' que era o movimento que eu mais atuava, a gente deu uma parada porque ninguém podia ir para rua. Então eu comecei a atuar no Frente de Mobilização da Maré, que aconteceu principalmente dentro do museu da Maré, com o apoio do Museu da Maré e do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm).

E ali foram dias de muita luta, do corpo, da alma, do psicológico da gente e a gente sentiu a dor do favelado que tem que correr atrás mesmo e gritar para dizer que está aqui."

**Suellen Paim de Melo**





**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**

Seropédica

**MOVIMENTOS, NÚCLEOS,  
COLETIVOS:**

Coletivo Cultural Gravadora  
Abate

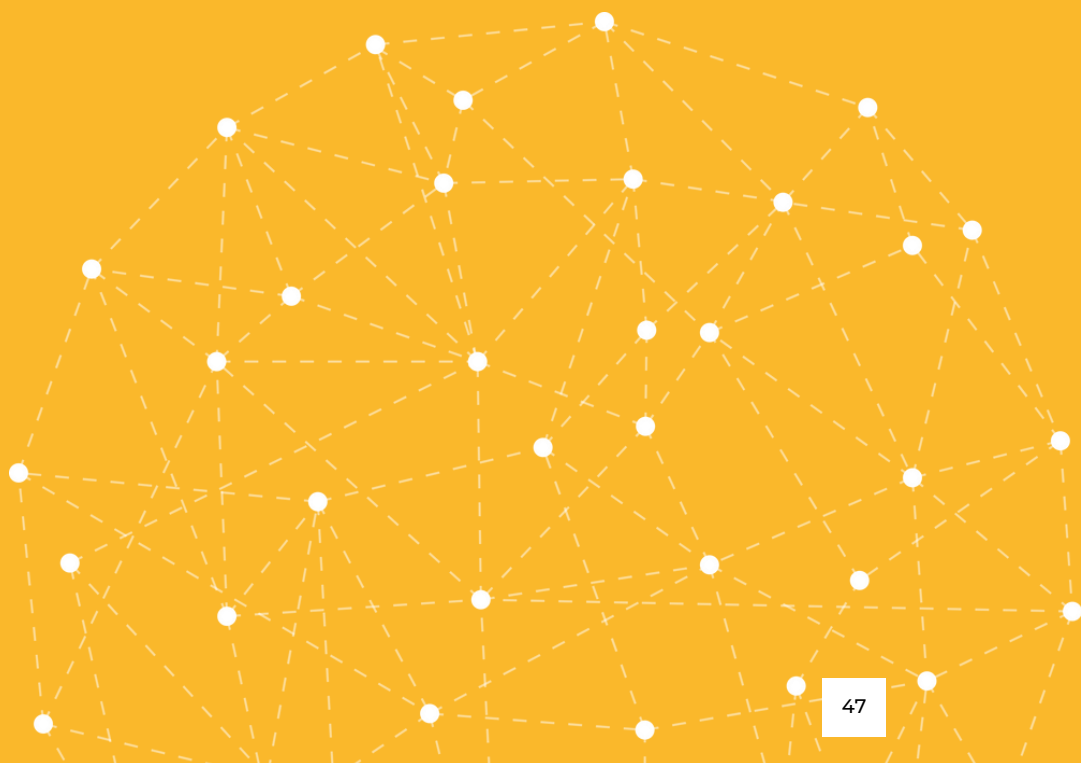
## **Valmor Alves Bastos**

"Sem dúvidas, o principal desafio é a articulação junto ao poder público local e a segurança pública. Vivo em um território que constantemente batalha para sair das amarras do coronelismo. Como reflexo disso, é notório que os órgãos públicos ainda são ocupados por pessoas que apenas recebem votos e não necessariamente têm a sensibilidade de trabalhar os temas que lhe dizem respeito. Com a política cultural não é diferente. Prova disso é a criação de um Conselho Municipal de Cultura sem ampla divulgação e no formato de processo seletivo (quando a maioria dos municípios que são referência cultural utilizam processo eleitoral), a não adesão ao Sistema Nacional de Cultura (principalmente para que Seropédica possa receber repasse de recursos financeiros do Fundo Estadual de Cultura para o Fundo Municipal de Cultura), a não inclusão de Seropédica no Programa de Fortalecimen-



to do Artesanato Fluminense (apesar de existirem eventos e espaços a não inclusão de Seropédica no Programa de Fortalecimento do Artesanato Fluminense (apesar de existirem eventos e espaços dedicado a esse segmento), o não aproveitamento dos trabalhadores inseridos no Cadastro Municipal de Cultura na agenda de eventos do município, entre outras precariedades que dificultam o desenvolvimento da economia da cultura de Seropédica."

**Valmor Alves Bastos**





**TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO:**

Complexo do Alemão

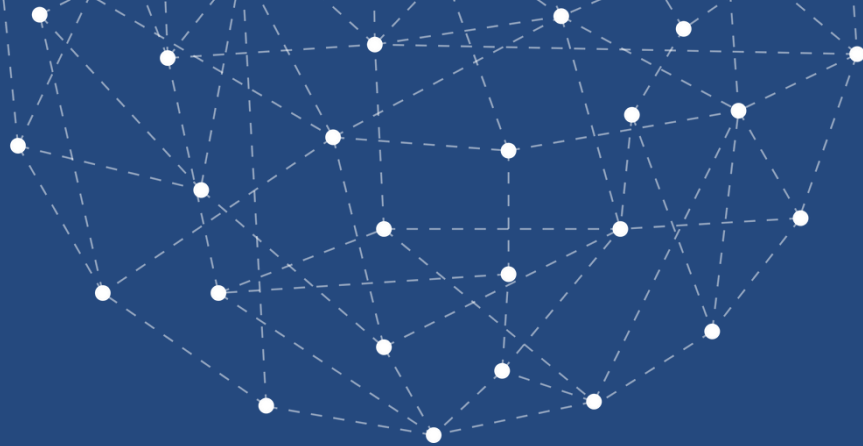
**MOVIMENTOS, NÚCLEOS,  
COLETIVOS:**

Escola Quilombista Dandara  
de Palmares

## Zilda Pereira Santana

"O que me motivou a atuar no meu território foi ver um grande número de crianças e jovens se tornando analfabetos funcionais. A baixa qualidade de ensino da escola 'formal', que acontece no entorno das favelas e morros da cidade e em toda a periferia. Ali o ensino é diferenciado. A gente tem conhecimento de escolas públicas na zona sul com o ensino de ponta, coisas que a gente não vê aqui na zona norte, porque é onde existe o maior número de favelas. E o que eu destaco, foi entender a ligação (forte) do racismo na saúde e na educação dessas crianças. Nosso principal desafio é fazer com que famílias cheguem juntos à nós, que as famílias participem da educação, da criação de seus filhos, porque educar é criar, criar é educar. Esse é o principal desafio, trazer as famílias para dentro da Escola Quilombista Dandara de Palmares."

**Zilda Pereira Santana**



## *Oficinas de formação em promoção da saúde e direitos humanos*

Nesta seção, o leitor encontrará uma breve descrição das atividades realizadas pelo projeto nos anos de 2022 e 2023. Foram 24 encontros - 12 presenciais, doze on-line -, discutindo temas como seguridade social, os pilares da Estratégia da Saúde da Família do Sistema Único de Saúde (SUS), a segurança pública e violações de direitos humanos, a história do continente africano e ancestralidade, bem como a construção geográfica e histórica das desigualdades sociais na formação do Rio de Janeiro.

Os encontros tiveram o objetivo de acrescentar conhecimento aos já acumulados pelos defensores em suas militâncias, compartilhar experiências, reflexões coletivas e apresentar novas ferramentas em Direitos Humanos para serem utilizadas no dia a dia em seus territórios. O intuito era criar redes de apoio e suporte entre defensora(e)s, instituições parceiras e demais parceiros que fizeram e farão parte dos encontros.



## Oficina Presencial – 09/07/2022

**Manhã:** Roda de conversa onde defensora(e)s e equipe se apresentaram contando suas trajetórias pessoais e militância. Cada pessoa foi convidada a colocar um alfinete colorido no território onde reside e/ou milita em um mapa do Estado do Rio de Janeiro.

**Tarde:** Roda de conversa com a temática de direitos humanos a partir do Vídeo : A História dos Direitos Humanos ([bit.ly/3KBLxr7](https://bit.ly/3KBLxr7)). Ocorreu a entrega da Cartilha de Direitos Humanos da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (CDDHC/Alerj) para ser lida e discutida durante a oficina online. Além da apresentação institucional da Coordenação de Cooperação Social, apresentação do projeto e entrega do calendário com o cronograma das oficinas.





- **Oficina On-line - 18/07/2022**

Roda de conversa sobre os casos da Cartilha da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj e de casos de violações de direitos humanos a partir da letalidade do braço armado do Estado. Além de leitura e discussão em grupo do texto: "Os cotistas desagradecidos", de Tau Golin, 2014. Disponível em: [bit.ly/43ZPQDv](https://bit.ly/43ZPQDv)

- **Oficina Presencial – 23/07/2022**

**Manhã:** Roda de Conversa sobre Segurança Pública debatendo eventos relacionados a violações de direitos humanos protagonizados por agentes da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro durante aquela semana.

**Oficineira(o)s:** Equipe do Projeto e Mônica Cunha - Educadora Popular e colaboradora do Projeto

**Tarde:** Apresentação da Equipe de Escutadores do Núcleo Multidisciplinar Universidade, Resistência e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Urdir/Uerj) e uma dinâmica de grupo interativa abordando aspectos do cuidado e acolhimento a serem realizados durante o Projeto.

**Oficineira(o)s:** Alice de Marchi Pereira de Souza – coordenadora, Filipe de Contti Asth – supervisor, Bianca Oliveira Louven dos Reis – estagiária, Isadora da Silva Barbosa – estagiária, Luísa Filgueiras Mello – estagiária, Lucas Santos Canuto – estagiário, Marina Trigo Matos – estagiária, Rafael Peçanha da Costa – estagiário

- **Roda de conversa sobre o SUS: histórico de criação e sua importância - 23/07/2022**

Oficina sobre o Sistema Único de Saúde (SUS): Histórico e contexto político de sua criação. Debate sobre os princípios e diretrizes da saúde como direito social de seguridade universal e não contributivo, sobre o modelo de gestão descentralizada\*, a luta política dos movimentos sociais em defesa do SUS contra a precarização e a privatização na conjuntura do neoliberalismo.

Vídeos de apoio para o debate: [bit.ly/47q2L4A](https://bit.ly/47q2L4A)

\*Modelo de Atenção e Gestão em Saúde - David Capistrano Filho: [bit.ly/3qxVu1X](https://bit.ly/3qxVu1X)

**Oficineiro:** José Leonídio Madureira de Sousa Santos - Coordenador da Cooperação Social - Presidência Fiocruz.

- **Oficina Presencial – 06/08/2022**

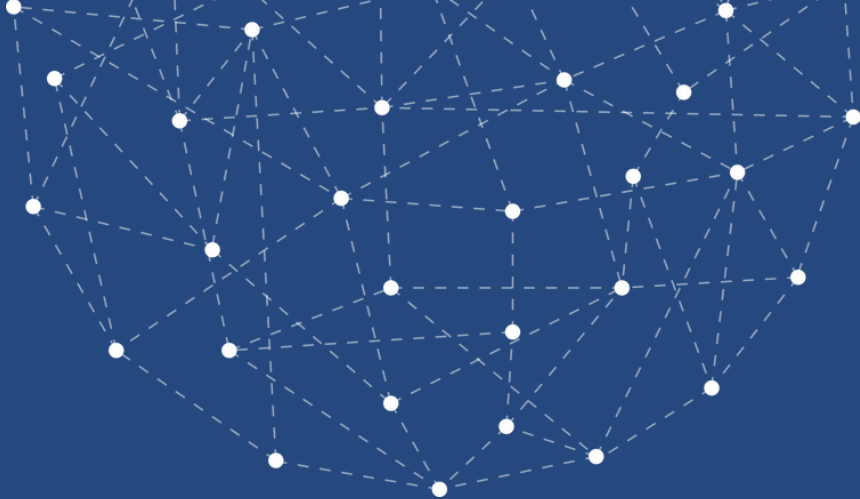
**Manhã:** Roda de conversa com a apresentação dos núcleos de atendimento da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPE-RJ) e debate sobre temas de direitos humanos.

Oficineiro: Guilherme Pimentel – Ouvidor externo da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

**Tarde:** Roda de conversa com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj (CDDHC), onde foi apresentado o papel institucional da Comissão, os números de atendimentos e os desafios de ser um defensor público de direitos humanos. Durante a atividade foi entregue o relatório de 2021 para o(a)s defensor/a(e)s.

**Oficineiro(a)s:** João Luís Silva, Leon Diniz, Mônica Cunha e Suellen Tavares - Membros da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj





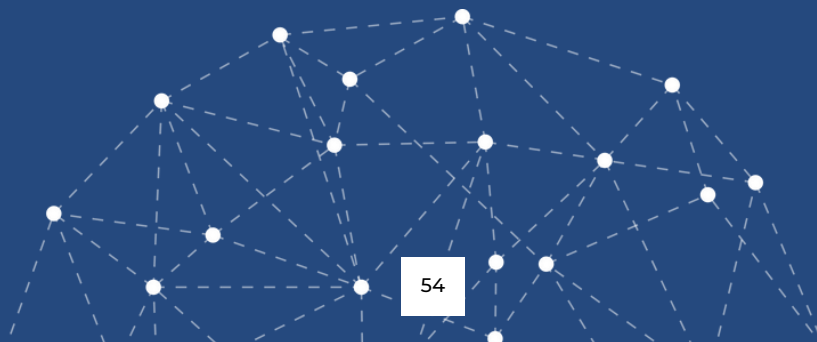
- **Oficina On-line - 13/08/2022**

Roda de conversa sobre Comunicação não Violenta para a Equipe do Projeto com dinâmicas de grupo vivenciais.

**Oficineira:** Luiza Toschi - pesquisadora de comunicação não violenta pela UFRJ

- **Oficina On-line – 22/08/2022**

Roda de conversa sobre a experiência de Defensora(e)s com o Grupo de Acolhimento/Escuta com a Urdir.





- **Oficina Presencial - 27/08/2022**

**Manhã:** Roda de conversa sobre a Estratégia de Saúde da Família com foco na atenção básica e seu funcionamento e como a Violência Estrutural afeta o dia a dia de usuária/o(e)s e de trabalhadora(e)s da saúde nos territórios conflagrados pela violência de Estado.

**Oficineira:** Helena Fernandes Ferraz - Médica de família

**Tarde:** Roda de conversa sobre seguridade social no Brasil: histórico da criação da Política Nacional de Assistência Social, do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e da Rede de proteção social básica e de média e alta complexidade (CRAS, CREAS, CREPop). Neste dia, também ocorreu um debate conceitual sobre as distinções entre direito social, filantropia e caridade.

**Oficineiro:** Joaquim Pery Antônio Júnior - Assistente Social



- **Oficina Presencial - 10/09/2022**

**Manhã:** Roda de conversa sobre a história do continente africano, ancestralidade, herança, racismo e estigmas. Foram apresentados autores negros como: Cheikh Anta Diop, Achille Mbembe, entre outros.

**Oficina realizada pela equipe de coordenação do projeto**

**Tarde:** Visita à exposição “Um defeito de Cor”, em exposição no Museu de Arte do Rio (MAR), aonde foi possível prestigiar obras de artistas negros da atualidade.

**Oficineiro:** Jorge Márcio do Nascimento - Professor e Mestre em relações étnico/raciais sobre a história da humanidade e a trajetória do povo negro no mundo





- **Oficina On-line - 19/09/2022**

Orientação a defensora(e)s para elaboração do relatório de acompanhamento das atividades do Projeto na plataforma da Fiotec.

***Oficina realizada pela equipe de coordenação do projeto***

- **Oficina On-line – 31/10/2022**

Roda de conversa entre a equipe de Comunicação do Projeto e defensora(e)s para debate sobre as mídias sociais utilizadas pelos coletivos dos quais fazem parte.

***Oficineira:*** Luiza Gomes - Coordenadora de Comunicação da Cooperação Social da Fiocruz

## • Oficina Presencial - 19/11/2022

Aulão realizado no Centro da cidade sobre a composição histórica e política do Rio de Janeiro, incluindo o circuito da Pequena África. No encontro, se discutiu a construção geográfica e histórica das desigualdades sociais na formação da região central da capital. Também nesse dia, o grupo tomou café da manhã e almoçou na ocupação Manuel Congo, onde também aconteceu um debate sobre a necessidade da garantia à moradia digna.

### **Oficineiro(a)s:**

Fábio Nogueira - professor de história; Leon Diniz - professor de geografia; Maria de Lourdes Lopes - Moradora da Ocupação Manuel Congo





- **Oficina On-line - 28/11/2022**

Roda de conversa com a leitura e discussão dos textos: “O Espaço Urbano”, de Roberto Lobato Corrêa (Editora Ática S.A, 1999) e “Análise cartográfica do cotidiano”, de Aécio Oliveira (ONG Fase, 2017)2017.

Disponível em: [bit.ly/3QDLzTr](https://bit.ly/3QDLzTr)



- **Oficina Presencial - 12/12/2022**

Encerramento das atividades de 2022 com participação dos defensores no Festival Todo Mundo Tem Direitos. O festival reuniu parceiros do projeto e foi organizado pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Alerj, em parceria com outros órgãos e instituições, em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado no dia 10 de dezembro.



- **Oficina - Presencial – 21/01/2023**

Atividade de sistematização das respostas do questionário para subsidiar a elaboração da Cartografia Social.

***Oficina realizada pela equipe de coordenação do projeto***



- **Oficina - Presencial - 28/01/2023**

**Manhã** – Roda de conversa sobre as experiências dos pré-vestibulares comunitários no Rio de Janeiro; organização política da juventude; a educação como direito social; a violência de Estado como instrumento de exclusão social e sociabilidade das classes populares no RJ.

Oficineira: Ana Taisa da Silva Falcão - Historiadora e pesquisadora da Cooperação Social da Presidência da Fiocruz

**Tarde** - Apresentação das experiências de militância e trajetória de defensora(e)s do Projeto:

**Oficineiro:** Alexandre Gomes da Silva - Assessor jurídico popular junto ao MST-RJ





- **Oficina On-line – 06/02/2023**

Roda de conversa com a leitura e discussão do texto "Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo" de Audre Lorde (1981).

Disponível em: [bit.ly/3Ox7N6P](https://bit.ly/3Ox7N6P)

### ***Oficina realizada pela equipe de coordenação do projeto***

- **Oficina – Presencial - 25/02/2023**

**Manhã** - Roda de conversa sobre Sistema Socioeducativo e Sistema Prisional. Foram discutidas as políticas do aprisionamento, com reflexões históricas e teórico-conceituais, utilizando os dados e a experiência daicineira, que atuou por 8 anos junto ao Mecanismo Estadual de Prevenção de Combate à Tortura do Rio de Janeiro.

**Oficineira:** Graziela C. Sereno - Psicóloga - Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro (CEDECA RJ) e Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ)

**Tarde** - Apresentação das experiências de militância e trajetória de defensora(e)s do Projeto.

**Oficineiro(a)s:** Valmor Alves Bastos - Economista e produtor cultural e Zilda Santana - Idealizadora da Escola Quilombista Dandara de Palmares



- **Oficina On-line – 27/02/2023**

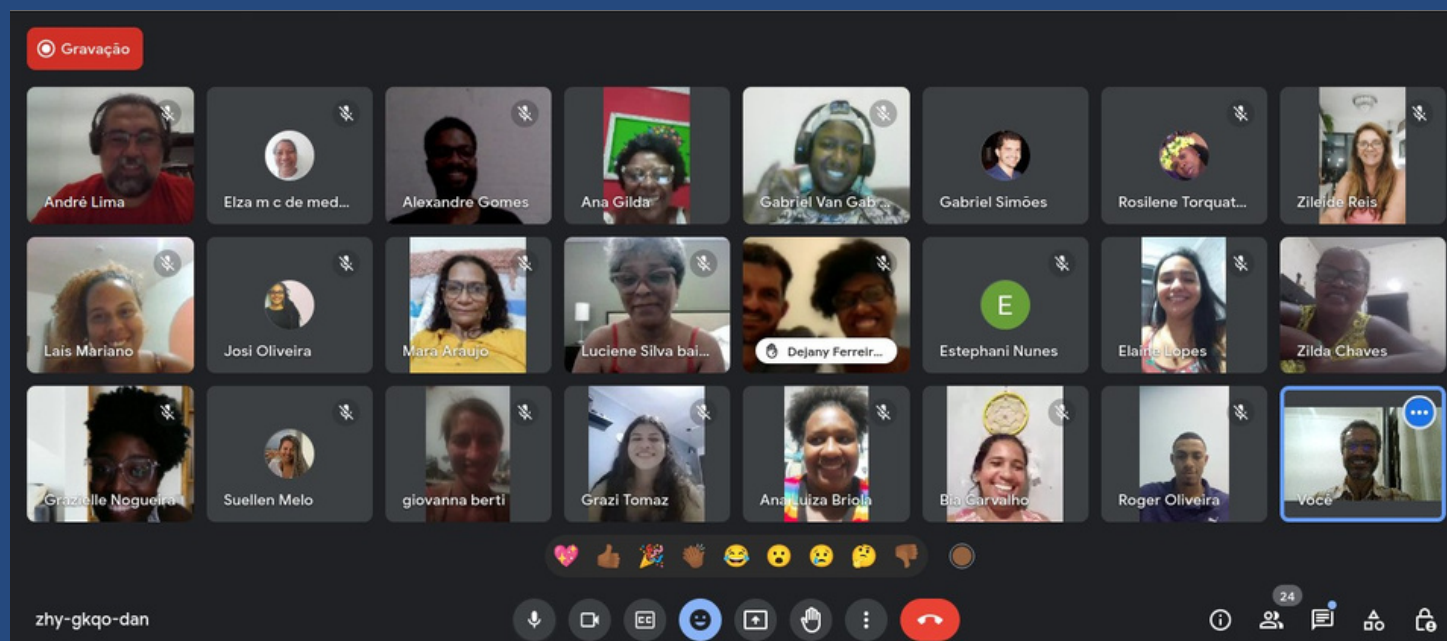
Roda de conversa para alinhamento de expectativas de defensora(e)s em relação à etapa final do Projeto.

**Oficina realizada pela equipe de coordenação do projeto**

- **Oficina On-line – 20/03/2023**

Roda de conversa sobre Governança Territorial Democrática em Favelas.

**Oficineiro:** André Lima - Historiador pesquisador da Coordenação de Cooperação Social da Presidência da Fiocruz.



- **Oficina Presencial – 25/03/2023**

Encontro para realização de atividades de Cuidado em Saúde Integrada.

***Oficina realizada pela Equipe Terapretas - grupo de terapeutas apoiadoras do projeto***

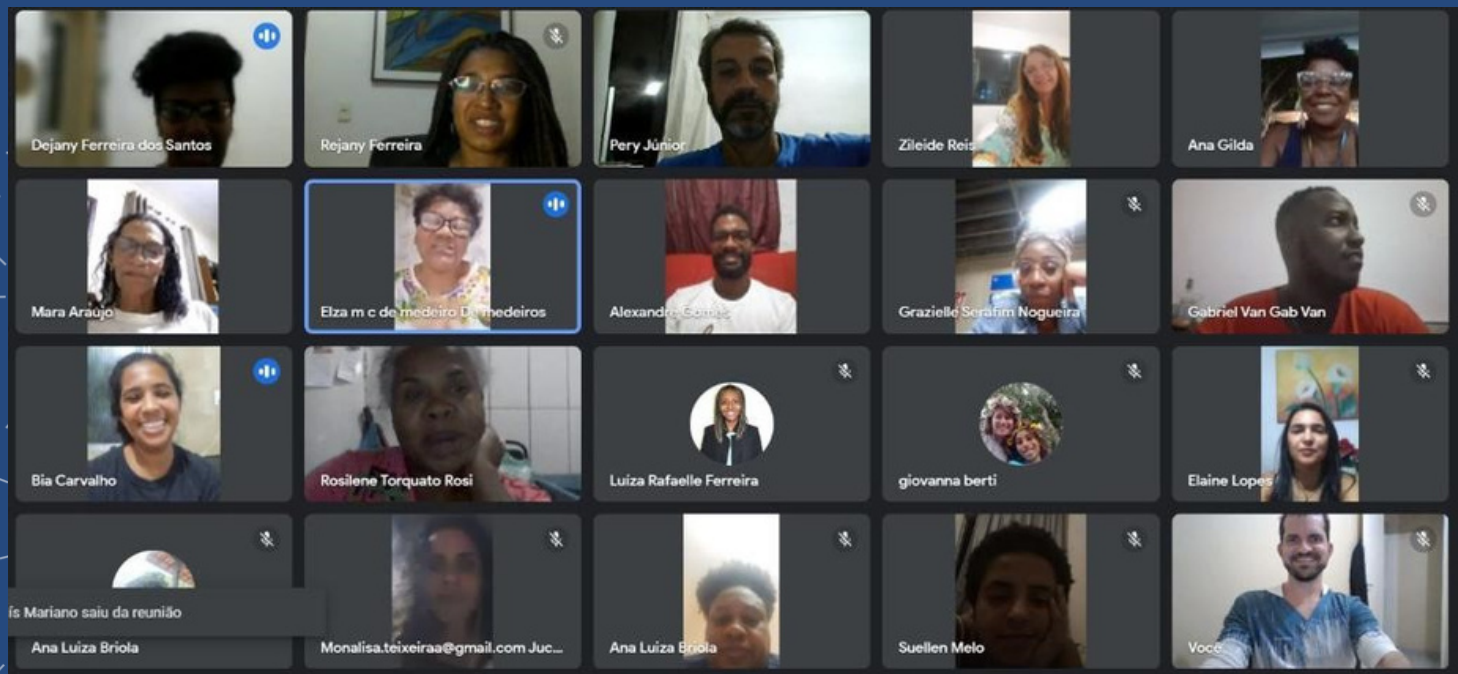




- **Oficina On-line - 10/04**

Roda de conversa sobre as condições de saneamento ambiental nas áreas favelizadas e periféricas do Rio de Janeiro.

**Oficineira:** *Rejany Ferreira dos Santos - Geógrafa pesquisadora da Cooperação Social da Presidência da Fiocruz.*



- **Oficina – Presencial - 15/04/2023**

Apresentação das experiências de militância e trajetória de defensora(e)s do Projeto

**Oficineiro(a)s:** *Suellen Paim, Rosilene Torquato, Ana Beatriz Carvalho e Grazielle Serafim*



- **Oficina On-line – 17/04/2023**

Roda de conversa sobre Gênero e suas implicações na saúde e na efetivação de direitos humanos e sociais.

**Oficineiras:** *Dejany Ferreira dos Santos, Lais Silva Mariano, Luiza Rafaelle Ferreira de Souza, Suellen Cristina Tavares da Silva e Zileide Pereira Lopes dos Reis.*

- **Oficina – Presencial - 06/05/2023**

Roda de conversa sobre violações de direitos sofridas por falta de acesso à documentação civil.

**Oficineira:** *Letícia Chahaira - Assistente social e doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ).*





- **Oficina On-line – 15/05/2023**

Roda de conversa sobre a cultura armamentista e os efeitos da indústria bélica na segurança pública no Rio de Janeiro.


**Oficineiro:** Íbis Pereira - *Doutor em História Política e Especialista em Gestão de Segurança Pública*

- **Encerramento das oficinas formativas e lançamento da cartografia social - 27/05/2023**

Seminário de encerramento das oficinas formativas e lançamento da Cartografia Social com a participação do autor da emenda parlamentar que financiou o projeto Marcelo Freixo, das instituições e demais parceiros do Projeto.







## *Encontros com Escutadora(e)s da Urdir/Uerj para o Acolhimento/Escuta de Defensora(e)s*

Em 2022 foram realizados 10 encontros virtuais de escuta e acolhimento das questões enfrentadas pelos defensores em seu dia a dia. Os encontros foram promovidos pelos Escutadora(e)s da Universidade Resistência e Direitos Humanos (Urdir), Núcleo Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos da UERJ).

O primeiro encontro de 2023 entre defensora(e)s e a equipe da Urdir aconteceu de forma presencial, no campus Manguinhos da Fiocruz. Na oportunidade, foi realizada uma roda de conversa na qual foram repactuados os processos de acolhimento, organização e participação de defensora(e)s nos encontros/atividades. A pedido da(o)s defensora(e)s, acordou-se que a partir do mês de março até o mês de maio (último mês do projeto) os encontros com a Urdir aconteceriam de forma híbrida (online e presencial).

**Datas dos encontros:** 29/07/2022, 12/08/2022, 26/08/2022, 16/09/2022, 30/09/2022, 07/10/2022, 21/10/2022, 04/11/2022, 18/11/2022, 09/12/2022, 21/01/2023, 13/02/2023, 06/03/2023 25/03/2022 (presencial), 15/04/2023 (presencial), 24/04/2023 e 06/05/2023 (presencial).

## Equipe da Urdir/Uerj:

Alice de Marchi Pereira de Souza  
Bianca Oliveira Louven dos Reis  
Filipe de Contti Asth  
Isadora da Silva Barbosa  
Lucas Santos Canuto  
Luisa Filgueiras Mello  
Marina Trigo Matos  
Rafael Peçanha da Costa





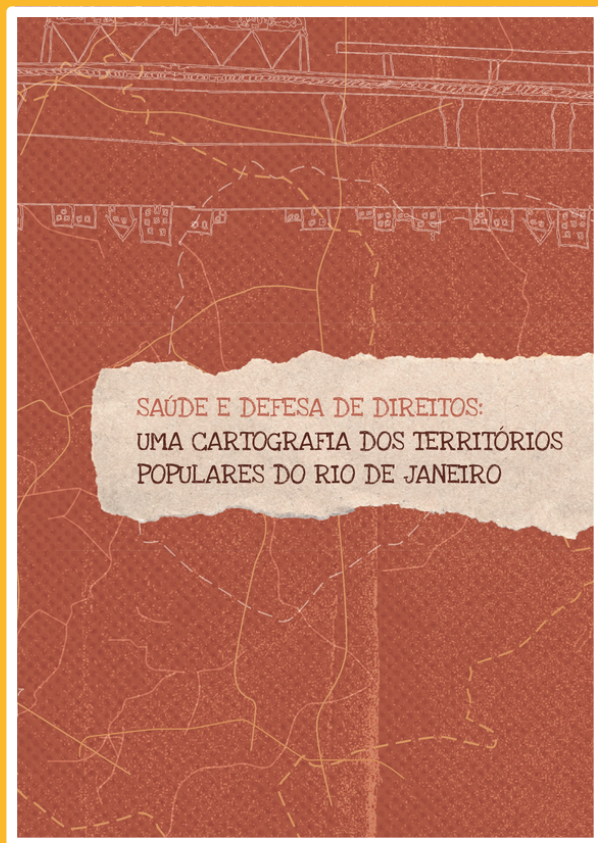
## *Elaboração da Cartografia Social*

Entre outubro de 2022 e abril de 2023 foram realizadas seis oficinas presenciais coordenadas pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) para elaboração de um mapeamento das iniquidades em saúde relacionadas às violações em Direitos Humanos em territórios populares do Estado do Rio de Janeiro.

Nessas oficinas, a equipe da Fase fez uma demonstração do método cartográfico e dos processos de elaboração de uma cartografia social, convocando os participantes a traçar uma linha do tempo sobre suas trajetórias pessoais e coletivas, suas migrações no território do Estado. Dentre os debates mais marcantes desse processo, destaca-se a discussão sobre a necessidade do aumento de políticas públicas que atendam a demanda por saúde, educação, lazer e cultura nos territórios da(o)s defensora(e)s.

**Oficineiro(a)s:** *Aécio Oliveira, Carolina Nunes e Raquel Barros - Educadores populares da Fase*





Acesse: [bit.ly/451ZOFS](https://bit.ly/451ZOFS)

A cartografia está agora disponível ao público on-line e gratuitamente e pode ser acessada através do seguinte QRCode:



A principal demanda para a construção da cartografia social foi a de mapear e publicizar as violações em saúde e Direitos Humanos identificadas pelos 20 participantes em seus territórios. A cartografia social pode ser entendida como um processo participativo que envolve moradores de um território e profissionais para recriar os mapas de seus locais de pertencimento, inserindo neles as referências geográficas, sociais e políticas que eles considerem importantes. No caso desta cartografia, o foco estava em identificar as violações de direitos e imprimi-las no mapa.

“Neste tipo de trabalho, temos o(a)s moradore(a)s dos territórios como agentes diretos da ação. Isso faz com que tenhamos uma forma mais fidedigna das necessidades desses territórios, pois os mesmos vivem no espaço e alcançam realidades e pessoas que muitas vezes os serviços públicos não contemplam pelo déficit em saúde, saneamento básico, educação, segurança e outros serviços”, explicou Dejany Ferreira, psicóloga de formação, coordenadora e uma das idealizadoras do projeto.

Para realização do trabalho, foram realizadas oficinas entre as lideranças dos territórios, a equipe do projeto e da ONG Fase no período de outubro de 2022 a abril de 2023. O projeto “Promoção da Saúde e Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro” opera com o paradigma da promoção da saúde e de suas determinações sociais, valorizando os indivíduos como sujeitos de direitos, estimulando a ampliação dos direitos civis, sociais e políticos e visando contribuir para promoção de territórios saudáveis e sustentáveis.

“Uma coisa que a gente sempre aponta a partir da Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz é a importância da autonomia da população e dos movimentos. Nosso papel enquanto instituição pública é escutar as demandas da população e oferecer ferramentas para que o conhecimento seja construído de forma compartilhada, aproximando a sociedade civil organizada do poder público para incidência em políticas públicas que promovam saúde”, explicou Gabriel Simões, doutor em políticas públicas e formação humana e coordenador do projeto pela Cooperação Social da Presidência da Fiocruz.



De acordo com Guilherme Pimentel, ouvidor geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e presidente do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil, iniciativas como essa são fundamentais para construção de serviços públicos que assegurem direitos e cumpram sua função na sociedade.

No mapa podemos identificar o território de origem de cada defensor e defensora do Projeto:

1. Alexandre Gomes da Silva - Presidente Vargas, Campos dos Goytacazes
2. Ana Beatriz de Carvalho - Xerém, Duque de Caxias
3. Ana Gilda Soares dos Santos - Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro
4. Ana Luiza da Silva Briola - SAPE, Niterói
5. Elaine de Moraes Lopes - Maré, Rio de Janeiro
6. Elza Maria Cavalcante de Medeiros - Santo Cristo, Rio de Janeiro
7. Estephani Nunes da Silva - Salgueiro, São Gonçalo
8. Gabriel Van Silva - Ipiranga, Nova Iguaçu
9. Giovanna Bertli - Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro
10. Grazielle Tomaz de Almeida - Cidade de Deus, Rio de Janeiro
11. Grazielle Serafim Nogueira - Tomazinho, São João de Meriti
12. Josiane de Oliveira Nascimento - Santa Teresa, Rio de Janeiro
13. Luciene Silva - Ciabuçu, Nova Iguaçu
14. Mara Lucia Araujo Domingos - Irajá, Rio de Janeiro



32

**FOME**  
Teia de Solidariedade  
Zona Oeste

Durante a pandemia de Covid-19, a falta de acesso às políticas públicas de assistência social pelas famílias mais vulneráveis, a demora para acessar o auxílio emergencial, principalmente pela exclusão digital, o baixo IDH da região e o desemprego contribuíram para o grande aumento da fome na Zona Oeste, principalmente nas famílias chefiadas por mulheres negras. Para lidar com essa situação, a **Teia de Solidariedade da Zona Oeste (Teia ZO) marcou uma forma de ação política própria construída pelas mulheres negras,**

através da estratégia de comunicação e mobilização "sustentada nos ensinamentos antigos do correio nagô e da 'boca a boca', da proximidade de lugares das mulheres negras", além da utilização de novas tecnologias de comunicação e informação para produzir incidência em diferentes territórios. Ao longo do primeiro e do segundo ano da pandemia, foram realizadas agendas de reuniões, debates, rodas de diálogo, oficinas e sarau de poesia, entre tantas outras

1. Trecho do texto da Articulação de Organizações de Mulheres Negras - AMNB para o E-book "Marcha das Mulheres Negras", 2016.

44

“Precisamos lembrar que o serviço público é financiado pelo Estado mas precisa ser mais comunitário do que estatal: precisa estar próximo da população organizada e da sociedade civil que se coletiviza em movimentos de lutas por direitos, porque é ela que vai ter conhecimento de causa sobre as violações e que vai saber a melhor forma para que esse serviço não seja burocrático e para que as pessoas consigam resolver seus problemas”, defendeu Guilherme.

Marcelo Freixo, deputado federal autor da emenda parlamentar que financiou o projeto, reforçou o potencial da cartografia social como instrumento que possibilita reconhecer as potencialidades e problemas de um território buscando reconhecimento do poder público para essas questões. “É uma ferramenta poderosa para dar voz aos territórios e promover a participação e autonomia de quem o constrói”, disse.

*Texto com informações de Luiza Gomes, da Cooperação Social da Fiocruz. Leia a matéria completa em: [bit.ly/47o1ACK](http://bit.ly/47o1ACK)*



**EDUCAÇÃO**  
**Escola Quilombista**  
**Complexo do Alemão**

ESCOLA QUILOMBISTA  
DANDARA DE PALMARES

A baixa qualidade do ensino nas escolas públicas da região é um problema de âmbito estadual. No entanto, percebemos que no Complexo do Alemão, localizado na Zona Norte da cidade, alguns agravantes deixam a situação ainda mais caótica, tornando a violação ao direito à educação um fator que potencializa processos de exclusão. Quando o Estado e a sua política de “guerra às drogas” invadem a favela, as escolas do entorno não funcionam. **E quanto mais ações policiais acontecem, menos aulas os alunos assistem. Somado a isso,**

**o terror instaurado através do fechamento das vias principais, a revista arbitrária de moradores por policiais, a invasão das moradias impedem que exista um ambiente adequado para os estudos.** Além desses fatores, o procedimento de aprovação automática dos estudantes, os baixos recursos destinados à educação pelo Estado, a falta de investimento em materiais didáticos e paradidáticos, a baixa remuneração e pouca valorização dos profissionais de educação são

36

Além de permitir uma visualização mais clara dos potenciais e desafios de um território, o processo da cartografia também auxilia no fortalecimento do vínculo entre as lideranças envolvidas e seus territórios, segundo Roberto Gevaerd, coordenador de articulação institucional do projeto e um dos idealizadores da atividade. "Quando pensamos o projeto, a máxima era 'cuidar de quem cuida', das pessoas que lutam pelas causas coletivas. Uma etapa essencial nesse processo de construção de redes de apoio era o reconhecimento do território de atuação do defensor. Nesse sentido, a cartografia social caiu como uma luva para fortalecer a autonomia do grupo", comentou.

A cartografia "Saúde e defesa de direitos: uma cartografia dos territórios populares do Rio de Janeiro" conta com 50 páginas, abordando a metodologia das oficinas, dicas de filmes e músicas alinhados com a perspectiva crítica que embasa a produção, fotografias, além dos próprios mapas. Na descrição de cada um dos territórios, há um breve histórico das relações entre população e Estado no local e seus principais desafios. No final do documento, são relatados pelas lideranças os potenciais de parcerias que foram identificados na configuração da rede de defensores de direitos – principal objetivo do projeto.



## *Apresentação do projeto no III Fórum Mundial de Direitos Humanos*

O projeto "Promoção da Saúde e Direitos Humanos" foi uma das iniciativas apresentadas no III Fórum Mundial de Direitos Humanos que ocorreu entre os dias 20 e 24 de março de 2023 em Buenos Aires, na Argentina.



O Fórum Mundial de Direitos Humanos é um espaço de debate público sobre os Direitos Humanos no mundo, os principais avanços e desafios focados no respeito às diferenças, na participação social, na redução das desigualdades, na promoção da equidade e da inclusão social. Foi concebido para reunir e integrar organizações nacionais, regionais e internacionais comprometidas com a aplicação dos direitos humanos.

O Fórum, em sua terceira edição, buscou aprofundar o diálogo, atualizando o diagnóstico da situação sobre os principais avanços e desafios em matéria de promoção e proteção dos direitos humanos no mundo; trocar experiências bem-sucedidas, propostas inovadoras e promover o intercâmbio de conhecimentos e a cooperação horizontal entre os participantes a nível nacional, regional e internacional.





## *Apresentação do projeto em programa do canal Cidades em Movimento*

No dia 14 de junho de 2023, o projeto "Promoção da Saúde e Direitos Humanos" foi o convidado do canal Cidades em Movimento para compor a série de debates "Manguinhos: Que Território é Esse?".

O canal é uma plataforma de comunicação que traz a público, por meio de debates entre especialistas e militantes, questões sobre a vida das favelas e periferias. A produção é parte do projeto "Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis em Centros Urbanos (PTSSCU)", desenvolvido pela Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz.

A apresentação foi gravada e está disponível no link: [bit.ly/3quar56](https://bit.ly/3quar56)

#7 AGENDAS TERRITORIAIS DE DIREITOS HUMANOS E SAÚDE | Manguinhos: que território é esse?

Desenvolvido por StreamYard

Projeto **Promoção da Saúde e Direitos Humanos no Estado do RJ**

**Campos de atuação dos defensores populares:**

- Egressos do sistema socioeducativo
- Assentamento terra prometida – Duque de Caxias
- Movimento de Produção cultural na Baixada Fluminense
- Cuidadores da pessoa idosa, da S. Mental e c/ deficiência no RJ
- Movimento de acolhimento a migrantes
- Movimento LGBTQIAP+
- Movimento Sem Terra – MST – Campos dos Goytacazes
- Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB / MTST
- Movimento nacional das cidadãs positIVas
- Escola Quilombista do morro do Alemão
- Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro - FAFERJ
- UNEGRO: União de Negros pela Igualdade do Sul Fluminense
- Favela Terapia – movimento pela saúde mental
- Movimento de mães de vítimas de violência do Estado
- Agente comunitário de saúde
- Movimento cultural Cineclubes nas favelas
- Movimentos de combate à Fome
- Coletivo popular de mulheres da Zona Oeste
- Assessoria Jurídica Popular
- Movimento Negro Unificado da Baixada Fluminense
- Doulas

Role para ver detalhes

Desenvolvido por StreamYard


Pery Júnior

Gabriel Simões

André Lima  
Cooperação Social

Josi Oliveira  
DOULA

Grazielle Nogueira



## *Encontro da Rede de Defensores de Direitos Humanos e Promoção da Saúde no Estado do Rio de Janeiro*

No dia 8 de julho, aconteceu o encontro da rede de defensores de direitos humanos e promoção da saúde do Estado do Rio de Janeiro no Assentamento Terra Prometida, em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Na oportunidade, as lideranças populares fizeram um balanço pessoal sobre sua participação nas oficinas do projeto, refletindo sobre como a experiência incidiu em suas vidas enquanto militantes e no que contribuiu para os coletivos dos quais fazem parte. Também esteve em pauta a perspectiva de continuidade dos trabalhos em parceria entre os diferentes coletivos e a proposta de formalização e definição da estrutura de funcionamento da rede.







Equipe do Projeto  
"Promoção da Saúde e Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro"



## *Equipe*

# *Projeto Defensores de Direitos Humanos*

### **Dejany Ferreira dos Santos**

Psicóloga formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Atuou por 11 anos na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ.

### **Gabriel Lima Simões**

Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana.

Coordenador de Gestão Estratégica na Coordenação de Cooperação Social da Presidência da Fiocruz.

### **Isabel Pereira**

Mestre em Direito Internacional e Direitos Humanos pela Universidade para a Paz (UPeace, Costa Rica), advogada, possui experiência no campo dos Direitos Humanos e Direito Humanitário tendo trabalhado na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, no Comitê Internacional da Cruz Vermelha, na FASE e atualmente atua no ISER.

### **Joaquim Pery Antonio Júnior**

Assistente Social. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Atuou por 2 anos na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ.

**Laís Silva Mariano**

Graduanda de Psicologia pela UERJ.

Estágio em psicologia no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) de 2018 a 2020.

Estagiária na Universidade, Resistência e Direitos Humanos (URDIR), núcleo multidisciplinar de ensino, pesquisa e extensão em Direitos Humanos da UERJ.

**Luíza Rafaelle Ferreira de Souza**

Graduanda em Direito pela UERJ

Faz parte da coordenação colegiada do Coletivo LGBTQ+ Matheusa Passareli da faculdade de Direito-UERJ

**Suellen Tavares**

Graduanda em Serviço Social pela UERJ.

Assessora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ

Faz parte da coordenação colegiada da Casa do Jongo da Serrinha

**Roberto Gevaerd**

Advogado, pós Graduado em Administração Pública EBAPE/FGV. Atuou por 8 anos na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ

**Wylbert Luiz da Silva Pereira**

Voluntário do Movimento Moleque ("Movimento de Mães pelos Direitos dos Adolescentes no Sistema Sócio-educativo")

**Zileide Pereira Lopes dos Reis**

Graduanda em Serviço Social pela Estácio

Voluntária no Santuário Mariano de Schoenstatt

## *Equipe Técnica*

# *Projeto Defensores de Direitos Humanos*

### **Coordenação de Cooperação Social**

José Leonídio Madureira de Sousa Santos

### **Coordenação Geral**

Dejany Ferreira dos Santos

Gabriel Lima Simões

### **Consultoria Acadêmica**

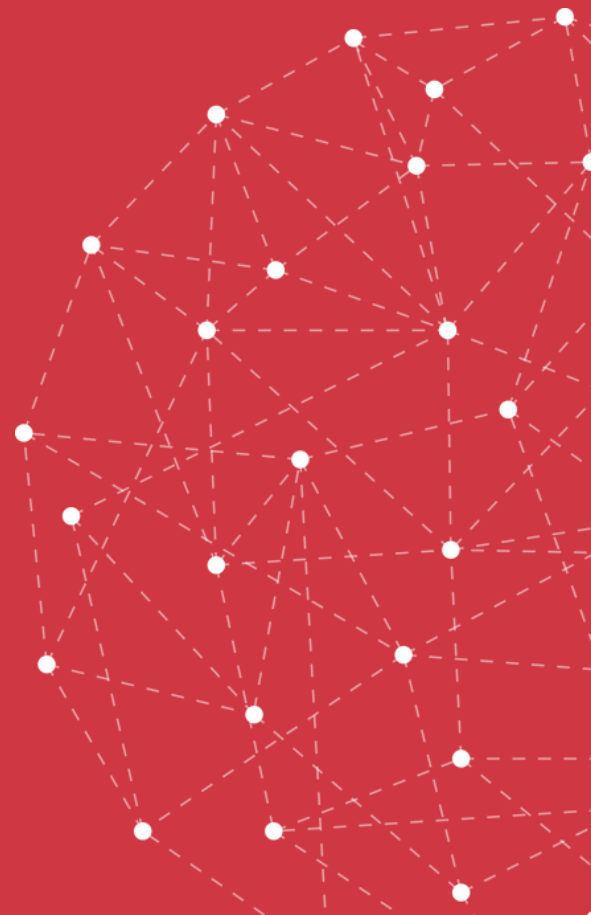
Isabel Cristina Martinez de Souza Pereira

### **Coordenação de Serviço Social**

Joaquim Pery Antonio Júnior

### **Coordenador de Articulação Institucional**

Roberto Pedro Krukoski de Azevedo Gevaerd





**Estagiária de Direito**

Luíza Rafaelle Ferreira de Souza

**Estagiária de Psicologia**

Laís Silva Mariano

**Estagiárias de Serviço Social**

Suellen Cristina Tavares da Silva

Zileide Pereira Lopes dos Reis

**Mobilizador Social**

Wylbert Luiza da Silva Pereira

**Colaboradora**

Mônica Cunha

# Expediente:

## **Redação**

Dejany Ferreira dos Santos

Gabriel Lima Simões

Joaquim Pery Antonio Júnior

Roberto Pedro Krukoski de Azevedo Gevaerd

## **Revisão de texto e conteúdo**

Luiza Gomes

## **Fotógrafos**

Rejany Ferreira

Leon Diniz

## **Identidade visual do projeto**

Caroline Belo

## **Projeto gráfico e Diagramação**

Nathalia de Souza Mendonça

## **Colaboradores**

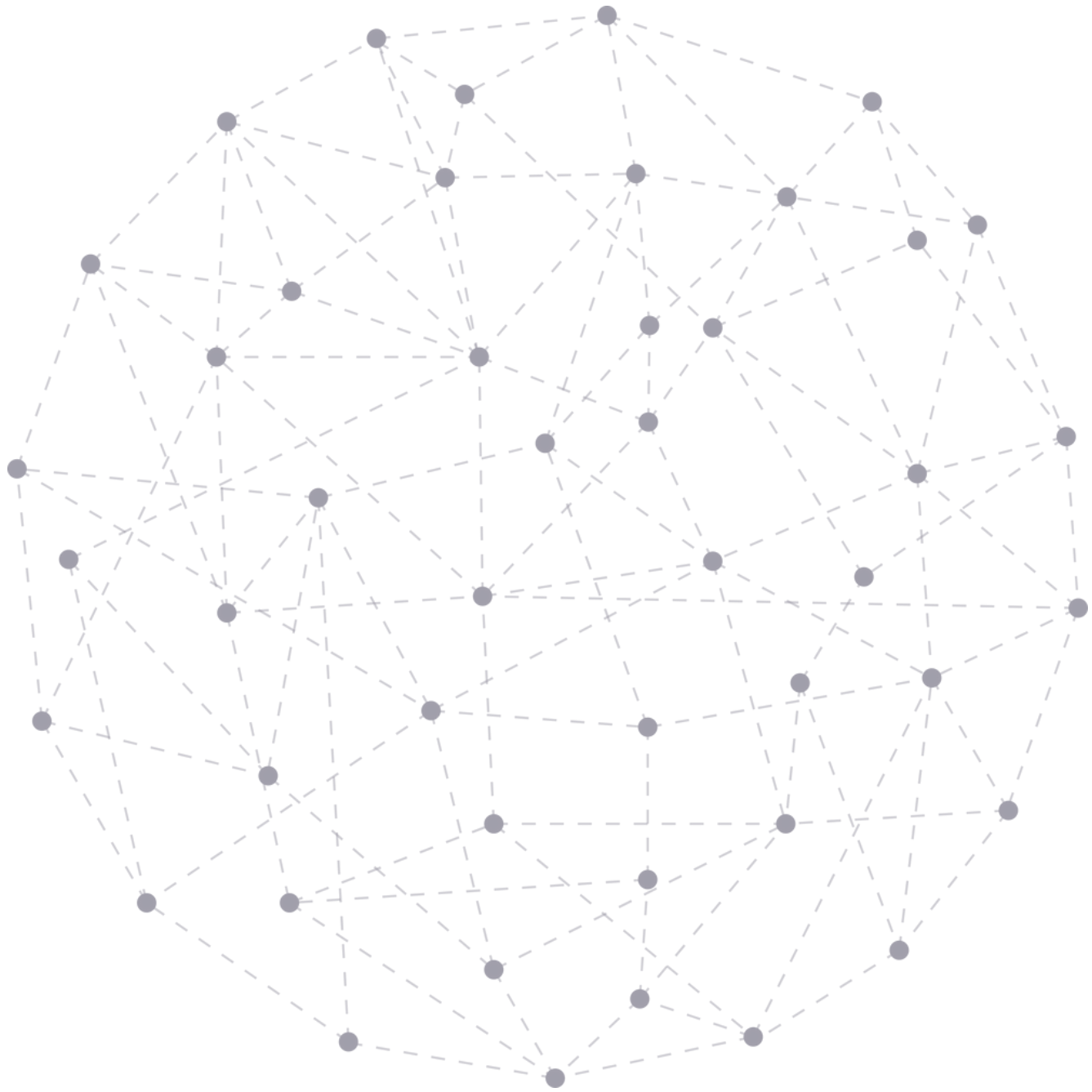
José Leonídio Madureira de Sousa Santos

## Oficineiros

Aércio Oliveira  
Alexandre Gomes da Silva  
Alice de Marchi Pereira de Souza  
Ana Beatriz de Carvalho  
Ana Gilda Soares dos Santos  
Ana Taisa da Silva Falcão  
André Lima  
Bianca de Oliveira Louven dos Reis  
Carolina Nunes  
Dejany Ferreira dos Santos  
Fábio Nogueira  
Filipe de Contti Ash  
Graziela C. Sereno  
Guilherme Pimentel  
Íbis Pereira  
Isadora Silva Barbosa  
João Luís Silva  
Joaquim Pery Antônio Júnior  
Jorge Márcio do Nascimento  
José Leonídio Madureira de Sousa Santos  
Josiane de Oliveira Nascimento

Laís Silva Mariano  
Leon Diniz  
Letícia Chahaira  
Lucas Santos Canutto  
Luisa Filgueiras Mello  
Luiza Gomes  
Luiza Rafaele Ferreira de Souza  
Luiza Toschi  
Maria Lourdes Lopes  
Marina Trigo Matos  
Mônica Cunha  
Patrícia Evangelista  
Rafael Peçanha da Costa  
Raquel Barros  
Rejany Ferreira dos Santos  
Rosilene Torquato de Oliveira  
Suellen Cristina Tavares da Silva  
Suellen Paim de Melo  
Valmor Alves Bastos  
Zilda Santana  
Zileide Pereira Lopes dos Reis



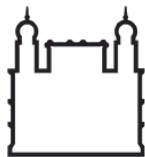
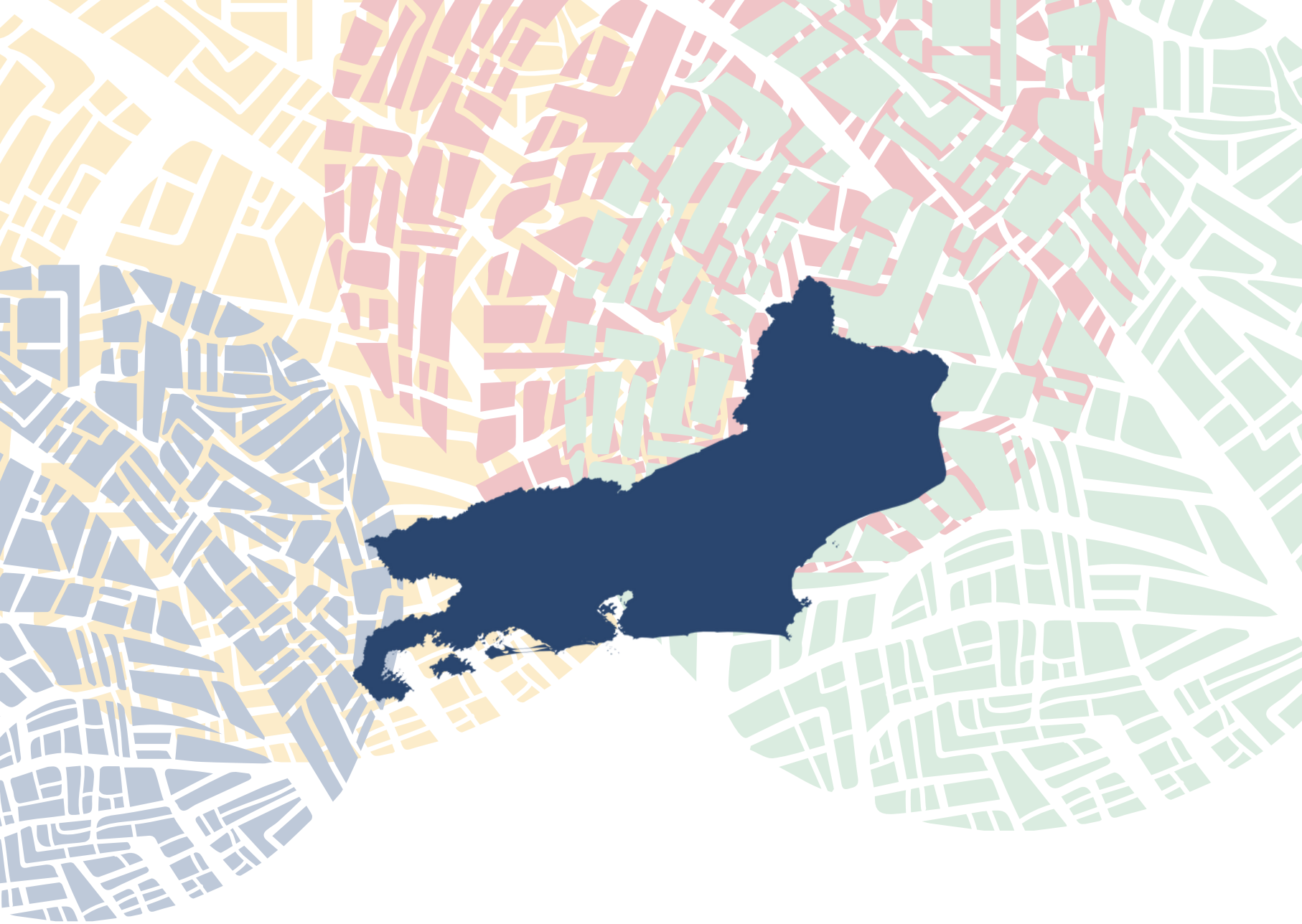




Projeto  
**Promoção da Saúde  
e Direitos Humanos  
no Estado do RJ**

Rio de Janeiro, agosto de 2023.





Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
**Fundação Oswaldo Cruz**

Coordenação de Cooperação Social